

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

GRAZIELA DOS SANTOS LIMA

CABEÇALHO DE ASSUNTOS DE ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS

FLORIANÓPOLIS, SC
2016

GRAZIELA DOS SANTOS LIMA

CABEÇALHO DE ASSUNTOS DE ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Silveira Kroeff

Coorientador: Prof. Dr. Divino Ignácio Ribeiro Junior

**FLORIANÓPOLIS, SC
2016**

L732c Lima, Graziela dos Santos

Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros /
Graziela dos Santos Lima. Florianópolis – 2016.
111 p. il.

Orientadora: Profª. Drª. Márcia Silveira Kroeff

Coorientador: Prof. Dr. Divino Ignácio Ribeiro Junior

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação
em Gestão da Informação, Florianópolis, 2016.

1. Estudos Africanos e Afro-brasileiros. 2. Linguagem documentária. 3.
Organização do conhecimento. I. Kroeff, Márcia Silveira. II. Universidade
do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação. III. Título.

GRAZIELA DOS SANTOS LIMA

Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidade de Informação, Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, – PPGInfo, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: _____
Dr^a. Márcia Silveira Kroeff
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Coorientador: _____
Dr. Divino Ignácio Ribeiro Junior
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____
Dr^a Gleicy Regina Bories Fachin
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Membro: _____
Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____
Ma. Daniella Camara Pizarro
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Aprovação: 08 de dezembro de 2016

Dedico essa pesquisa a minha avó Abegail Silva (*In memorian*)
e a minha mãe de santo Elizabete Martins Araújo (*In
memorian*)

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC.

AGRADECIMENTOS

A produção de conhecimento é construída por meio de informações, experiências e diversas influências que, ao longo do tempo, enriqueceram esta dissertação. Experiências e influências resultantes de conversas calorosas e escutas sensíveis que ajudaram na construção dessa pesquisa. Nesse sentido, agradeço, primeiramente, às divindades e às ancestralidades por abrirem o caminho para conhecer um novo ciclo e fecha-lo com “chave de ouro”.

Agradeço à minha avó Abegail (*In memorian*) por sempre acreditar em mim. Infelizmente, não viu o meu ingresso no mestrado, mas sabia do meu desejo de participar do processo seletivo neste programa.

Agradeço à minha eterna mãe de santo, Elizabete Martins de Araujo (*In memorian*), que foi uma pessoa atenciosa, dispendendo esforços desmedidos para cuidar de mim e dos meus orixás. Sempre que eu precisava, ela estava pronta para me dar um colo ou uma palavra de carinho.

Agradeço à minha família carnal, pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência.

Agradeço à Profa. Delsi Fries Davok (*In memorian*) pelo comprometimento e garra. Uma mulher pela qual sempre tive admiração, por sua intensa força e por nos fazer acreditar em nosso próprio potencial. Professora Delsi, muiiiitooo obrigadaaaaa!

Também agradeço por todas as oportunidades, os conhecimentos e o crescimento possibilitado nestes dois anos de mestrado pela UDESC. Agradeço, em especial ao PPGInfo, pelo aprendizado e pela bolsa PROMOP concedida, auxílio fundamental para a concretização deste trabalho. Agradeço, também, a esta universidade pelas disciplinas e professores/as com os quais tive contato, principalmente, minha Professora e Orientadora Marcia Silveira Kroeff, o Professor e Coorientador Divino Ignácio Ribeiro Jr. e a Profa. Daniella Pizarro. A eles sou grata, pois a cada texto e discussão, eu pude aprender e reaprender. Obrigada!

Agradeço aos meus colegas de mestrado pela troca de conhecimentos a cada encontro, em especial, nas segundas e terças e que me fizeram amadurecer.

Agradeço o carinho e a atenção do técnico administrativo, Holdrin que sempre esteve disposto a nos atender.

Há também aqueles e aquelas que nos acompanham durante as diferentes etapas de nossas vidas, às vezes longe, às vezes perto, presencialmente. Estas pessoas estão conosco

e fazem parte de nós, em especial – as negas velhas do NEAB-UDESC que sempre estão dispostas a nos ajudar com seus vastos conhecimentos. Destaco aqui: a Tamelusa, Maristela, Karla, Thaís, Leandra, Tamna, Renata, Andréia, Miriam, Carina e aos Negos Velhos: Willian, Angelo e Júlio César. Às que entraram comigo, aproximadamente no mesmo ano no NEAB: Monica, Priscila, Mariana S. e Eduarda. As que vieram depois: Maria Gerlane, Adriana, Ana Júlia (nosso eterno bebê e companheira de copo), Aline, Laíse, Carol, Fernanda, Ticiane, Moroni, Daiana, Bruno, Maria Carolina, Fábio, Mariana H. e Gabriela. Às minhas filhinhas do NEAB, Franciéle Garcês, que tenho um carinho muito grande e respeito pela profissional que se tornou e por sua generosidade. E à Amabile, pelo carinho e atenção. A vocês serei eternamente grata!

Aos professores do NEAB minha eterna gratidão pelos ensinamentos: Profa. Neli Góes Ribeiro, Maria Aparecida Clemêncio, Claudia Mortari, Jeruse Romão, Geysa Costa e Vera Márcia Marques. Obrigada pela longa e prazerosa parceria! Um agradecimento ao Professor Paulino, apoiador, incentivador e possibilitador de muitos de meus sonhos e deste que se realiza hoje, a conclusão deste mestrado. Sempre esteve comigo nas adversidades, nas dores e nas conquistas. Muito, muito, muito obrigada.

Agradeço ao Coletivo Pretas em Desterro, em especial à Cristiane Mare da Silva por me fazer interessar ainda mais pela discussão sobre Feminismo Negro.

Agradeço aos colegas do curso de Biblioteconomia e que ainda estão presentes em minha vida: Guilherme, Leandro, Luciane e Eduardo.

Agradeço à banca de defesa, pela leitura sensível e atenta da dissertação, em especial, a Professora Gleisy Regina Bories Fachin pelo carinho e atenção para com a minha pessoa.

Um agradecimento especial também dedico à minha companheira Luciana Soares, pelo carinho e compreensão que, ao longo desses dois anos, foi o meu suporte para as situações mais difíceis que enfrentei em minha vida.

Obrigada e Ubuntu!

“Eu sou o mestre do meu destino:
Eu sou o capitão da minha alma”
Nelson Mandela

RESUMO

LIMA, Graziela dos Santos. **Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. 2016. 111 p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Os instrumentos de organização do conhecimento surgiram com o objetivo de auxiliar na disposição de informações, possibilitar o controle vocabular e facilitar a recuperação precisa da informação. O Cabeçalho de Assuntos auxilia na organização da informação, em especial, na escolha de possíveis termos no processo de indexação. A presente pesquisa objetivou a construção de um Cabeçalho de Assuntos sobre estudos africanos e afro-brasileiros para o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e disponibiliza-o por meio do *software* livre (TemaTres). Esta pesquisa é de natureza aplicada e bibliográfica, com abordagem quali e quantitativa. Os materiais utilizados foram 219 artigos da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, 54 trabalhos de conclusão de curso, 66 dissertações e 17 teses, totalizando 356 obras bibliográficas em formato digital do acervo da Biblioteca de Referência do NEAB-UDESC. TCC, dissertações e teses abrangeram o período de 2005 a 2015 e os artigos da revista da ABPN de 2010 a 2015. Na análise e na construção do Cabeçalho de Assuntos foram realizados os seguintes passos: 1º passo - coleta, seleção e processamento dos textos; 2º passo - conversão dos textos do formato em PDF para TXT; 3º passo - transformação de texto em lista de palavras (*Tokens*); 4º passo - remoção de palavras não significativas (*stop word*); 5º passo - redução das palavras ao radical (Lematização); 6º passo - agrupamento das palavras de acordo com o radical (*Clusterização*); 7º passo - cálculo da frequência de palavras; 8º passo - segunda etapa da indexação semiautomática: análise e seleção dos termos pelo pesquisador bibliotecário; 9º passo - inserção no TemaTres para publicação/disponibilização. O procedimento resultou em 93 termos preferidos, incluindo termos gerais, específicos e relacionados para utilização na indexação e recuperação de materiais. A lista de Cabeçalho de Assuntos foi criada e apresentada no trabalho e encontra-se disponível por meio de *software* livre (TemaTres), no seguinte endereço: <<http://www.labtecgc.udesc.br/tematres2/vocab/index.php>>. As conclusões indicam que uma lista de cabeçalhos pode auxiliar na representação e organização do campo, no entanto, ainda é imperativa a construção de um tesauro especializado no campo dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros, haja vista a necessidade de conceituar alguns termos que possuem duplo sentido ou significado, dependendo da área de estudos a qual se vincula.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Linguagem documentária. Estudos Africanos e Afro-brasileiros.

ABSTRACT

LIMA, Graziela dos Santos. **Subject Headers for African and Afro-Brazilian Studies for.** 110 p. Dissertation (Master's degree in information management) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

The instruments of organization emergent with objective of assisting in the organization of information, enable vocabulary control and facilitate the accurate retrieval of information. The Subject Header assists in the organization of information, especially in the choice of possible terms in the indexing process. The present research aims to construct a heading of subjects on African and Afro-Brazilian studies for the Nucleus of Afro-Brazilian Studies (NEAB) of the State University of Santa Catarina (UDESC) and makes it available through free software (TemaTres). The research is applied in nature and bibliographical, with a qualitative and quantitative approach. The materials used were 219 articles from the Journal of the Brazilian Association of Black Researchers, 54 dissertations, 66 dissertations and 17 theses, totaling 356 bibliographic works in digital format from the collection of the reference library of NEAB-UDESC. The TCCs, dissertations and 17 theses covered the period from 2005 to 2015 and the articles of the ABPN journal from 2010 to 2015. In the analysis and construction of the subject heading the following steps were performed: 1st step – collection, selection and processing of texts; 2nd step – convert PDF format texts to TXT; Step 3 – transformation of text into word list (Tokens); Step 4 – removal of non-significant words (stop word); 5th step – reduction of words to radical (Lemmatization); 6th step – grouping of words according to the radical (Clustering); 7th step – calculation of word frequency; 8th step – second stage of semiautomatic indexing: analysis and selection of terms by the librarian researcher; 9th step – Insertion in TemaTres for publication/availability. The result of the procedure resulted in 93 terms being preferred including in these the general, specific and related terms to be used in the indexing and retrieval of materials. The subject header list was created and presented at work and is available, through free software (TemaTres), at the following address: <<http://www.labtecgc.udesc.br/tematres2/vocab/index.php>>. The conclusions indicate that a list of headings can aid in the representation and organization of the field, however, it is still imperative to construct a thesaurus specialized in the Field of African and Afro-Brazilian Studies, given the need to conceptualize some terms that have a double meaning or meaning, depending on the area of study to which it relates.

Keywords: Organization of knowledge. Documentary language. African and Afro-Brazilian Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Passo a passo da indexação automática	41
Figura 2 -Determinação do termo	77
Figura 3 - Tipo de notas	77
Figura 4 - Desenho do Fluxo de Procedimentos	80
Figura 5 - TemaTres: Cabeçalho de Assuntos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Subsistemas constituintes do Sistema de Recuperação da Informação (SRI).....	30
Quadro 2 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - UDESC.....	63
Quadro 3 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - UFFS	64
Quadro 4 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - UFSC.....	64
Quadro 5 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - UNIVILLE	65
Quadro 6 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - FURB	65
Quadro 7 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - UNIVALI.....	66
Quadro 8 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - UNESC.....	66
Quadro 9 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - UNOESC.....	67
Quadro 10 - Termos preferidos listados no TemaTres	84
Quadro 11 - Definição dos termos candidatos	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS	17
1.1.1 Objetivo geral	17
1.1.2 Objetivos específicos	17
1.2 JUSTIFICATIVA	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: APONTAMENTOS PARA INTRODUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	20
2.2 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	24
2.3 DIFERENÇA ENTRE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	25
2.4 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO	29
2.4.1 Indexação	31
2.4.2 Indexação automática	38
2.5 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA	42
2.5.1 Linguagem pré e pós-coordenadas	45
2.5.2 Sistema de Classificação	45
2.5.3 Cabeçalho de Assuntos	48
2.5.4 Tesauro	49
2.5.5 Elementos para a construção de uma linguagem documentária	51
2.6 TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NO BRASIL	52
2.6.1 Dos documentos às histórias orais: a construção das fontes informacionais no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC)	68
2.6.2 Biblioteca de Referência NEAB-UDESC	72
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	74
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	74
3.2 CORPUS DA PESQUISA	75
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DO CABEÇALHO DE ASSUNTOS	76
3.3.1 Normalização	76
3.3.2 Extrator de Palavras	78
3.3.3 O Access	78
3.3.4 O TemaTres	78
3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	81
4 RESULTADOS	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	112

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto dos estudos realizados ao longo de dois anos, no Mestrado Profissional de Gestão de Unidade de Informação (PPGInfo), com o objetivo de construir um Cabeçalho de Assuntos para o Campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros para o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Desde o início, a intenção foi contribuir com a Organização da Informação para o Campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, mais especificamente para o NEAB-UDESC, que possui uma vasta quantidade de fontes informacionais, tanto impressas quanto digitais, resultantes de pesquisas, armazenadas no acervo da Biblioteca de Referência. Como integrante do NEAB desde a graduação, a pesquisadora sempre teve preocupação com o tratamento das informações e na recuperação das mesmas.

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade premente de um Cabeçalho de Assuntos para indexar as aquisições da Biblioteca deste Núcleo, bem como, para organizar as publicações do próprio laboratório. O Cabeçalho de Assuntos, entendido como um dos instrumentos de organização do conhecimento, tem como objetivo auxiliar na organização de informações, possibilitar o controle vocabular e facilitar a recuperação precisa da informação. O instrumento de Organização do Conhecimento, Cabeçalho de Assuntos, auxilia, em especial, na escolha de possíveis termos no processo de indexação. Os estudos sobre Organização da Informação e Organização do Conhecimento registram avanços, principalmente pela característica interdisciplinar que vem adotando, quando se relacionam com as tecnologias de informação e comunicação como a linguística, a terminologia e a ciência cognitiva, que possibilitam a recuperação da informação de forma efetiva pelo usuário.

Nos espaços de comunicação científica, como universidades, eventos científicos, grupos de estudos, dentre outros, acontecem trocas de informações e construção do conhecimento científico. As discussões de termos e relações conceituais são comuns nestes espaços e contribuem para a evolução dos diferentes campos do saber. Os pesquisadores do campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e simpatizantes do tema tem lutado para pôr em evidência produções científicas da área em foco.

Schlickmann (2015) expõe que, a partir de 1890, abriram-se espaços para publicações de TCC, dissertações, teses e artigos de periódicos, originados, muitas vezes, de Universidades, Centros de Estudos Africanos e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros nas diversas áreas do conhecimento, tornando o campo interdisciplinar.

Em vista do exposto, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como construir uma Lista de Cabeçalho de Assuntos para o NEAB/UDESC, a fim de contemplar o campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros? Para responder a esta pergunta, a dissertação foi dividida em capítulos, a saber: O capítulo 1 traz os elementos introdutórios, indispensáveis para a compreensão do estudo; o Capítulo 2, intitulado “Ciência da Informação: Apontamentos para Organização da Informação e do Conhecimento” trata do surgimento da Ciência da Informação, que possibilitou o desenvolvimento e o avanço dos estudos de Organização da Informação e do Conhecimento; o capítulo 3, por sua vez, aborda conceitos sobre as linguagens pré e pós-coordenadas, os elementos para a construção de uma linguagem documentária. O capítulo 4 também explicita a trajetória dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros no Brasil, bem como informa sobre as fontes informacionais presentes no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UDESC. No Capítulo 5 constam os caminhos metodológicos da pesquisa, sua caracterização, corpus documental que compõem o estudo e procedimentos de análise e de construção do Cabeçalho de Assuntos e, para finalizar são apresentadas as limitações encontradas pela pesquisadora na execução do trabalho; além do Capítulo 6, momento de discussão dos resultados; e, para concluir, apresentam-se as considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

De modo a nortear os rumos da pesquisa para obtenção dos resultados, os objetivos desse estudo se subdividem em geral e específicos.

1.1.1 Objetivo geral

Construir um Cabeçalho de Assuntos sobre estudos Africanos e Afro-Brasileiros para organização e recuperação da informação no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar, localizar e obter o material bibliográfico sobre o tema em estudo do NEAB/UDESC, base para a elaboração do Cabeçalho de Assuntos;

- b) Converter os documentos em TXT para preparação dos termos candidatos por meio de um *software* de conversão;
- c) Analisar e selecionar os termos candidatos¹ ao cabeçalho;
- d) Criar o Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros;
- e) Disponibilizar o Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros por meio do *software* livre (TemaTres).

1.2 JUSTIFICATIVA

A preocupação com a elaboração de uma linguagem documentária sobre a temática em estudo surgiu a partir do contato da pesquisadora com fontes históricas e sociológicas da cultura africana e afro-brasileira no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Foi no espaço acadêmico, em específico, na segunda fase do curso de Biblioteconomia – Habilitação em Gestão da Informação, que a pesquisadora, enquanto acadêmica, teve a oportunidade de ser bolsista de extensão no projeto Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC. Neste espaço percebeu a riqueza existente em fontes informacionais relacionadas às populações de origem africana no Brasil e em Santa Catarina. Nesse sentido, surgiu um sentimento de pertença, vislumbrando que seus ancestrais possuíam histórias narradas sob um outro olhar, da sensibilidade. Particularmente, o NEAB/UDESC constituiu-se em uma segunda formação para a pesquisadora. A formação do que é ser negra na sociedade brasileira, nas instituições de ensino, no mercado de trabalho e até mesmo em sua residência.

Ao longo dos quatro anos do curso de graduação e atuando no projeto de extensão e pesquisa no NEAB/UDESC, além de participar de eventos científicos da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a pesquisadora teve oportunidade de participar de eventos científicos nacionais e internacionais voltados para os temas relativos às Áfricas, aos africanos e aos afro-brasileiros. A participação em eventos científicos e até mesmo em rodas de conversas vivenciadas durante a permanência enquanto no NEAB/UDESC, fez perceber a variedade e a quantidade de termos próprios, muitas vezes desconhecidos, que gravitam em torno do campo de conhecimento dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Teve-se o contato com fontes históricas e de sociabilidades de africanos e afrodescendentes dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, fontes estas retiradas de Arquivos Municipais e Estaduais e Cúrias

¹ Se o termo candidato for aceito pelo pesquisador, torna-se termo preferido (no TemaTres).

Metropolitanas, transcritas pelos pesquisadores/as do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, que serviram para construção de conhecimentos específicos da área.

Algumas das fontes documentais históricas estão em bibliotecas vinculadas aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e aos Centros de Estudos Africanos, dando suporte a pesquisadores, professores e alunos. Por meio dessas fontes históricas, os pesquisadores perceberam palavras e termos correspondentes, considerando cada período histórico, significativos para a identificação dos documentos.

Salienta-se que os termos e os conceitos que envolvem a temática africana e afro-brasileira utilizados nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX são um tanto próprios e muitas vezes desconhecidos pelos profissionais bibliotecários, em especial aqueles que lidam com a indexação.

A linguagem documentária (LD), relacionada à temática em questão, além de ser um produto ainda não produzido na área da Ciência da Informação e na Biblioteconomia, evita a ocorrência de erros no que diz respeito, por exemplo, a termos iguais, porém com significados e conceitos distintos, correspondentes a uma época específica, além de evitar ambiguidades.

Sales (2008, p. 17) entende as LDs como modelos que ajudam a diminuir ruídos na representação e na recuperação de conhecimento especializado. Desse modo, a análise dos termos para construção de uma linguagem documentária serve para auxiliar na recuperação da informação da área em foco e, por consequência, auxiliar na construção e veiculação da produção científica da área dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros com o objetivo de atender as necessidades de informação do usuário.

Espera-se que este estudo sirva como uma ferramenta, um mecanismo de controle terminológico, para facilitar a recuperação da informação, viabilizando o uso adequado dos termos dentro da temática.

Por fim, essa pesquisa pretende ser mais uma ação, dentre muitas ações de caráter afirmativo, desencadeadas pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em todo o país, nas últimas décadas. Busca-se também contribuir para que a Ciência da Informação se inscreva, de forma cada vez mais presente e completa, entre as áreas de conhecimento capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: APONTAMENTOS PARA INTRODUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

As práticas biblioteconômicas datam de mais de 3 mil anos e, por mais antigas que sejam, baseiam-se em estudos teóricos da Ciência da Informação relacionadas à “coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação” (BORKO, 1968, p. 1). Neste caso, constituem práticas integradas à teoria com ênfase na construção, comunicação e uso, em estudos relacionados aos fluxos de entrada e saída da informação em diferentes canais (LE COADIC, 2004).

A Ciência da Informação conforma um campo interdisciplinar que abrange ciência pura e aplicada. Segundo Borko (1968), ela é considerada Ciência Pura, pois tem como investigação um objeto de estudo, ou seja, um objetivo com início, meio e fim, além de resultados e conclusões do que foi proposto inicialmente para o desenvolvimento de uma pesquisa. Ainda, conforme Borko (1968), a Ciência da Informação é uma Ciência Aplicada, pois se desenvolve por intermédio de uma pesquisa capaz de criar produtos que atendam às necessidades dos usuários das Unidades de Informação. Assim, pode-se concluir que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação possuem um vínculo em comum relacionado a um objeto: a informação.

Na mesma abordagem, Saracevic (1996) trata os estudos da Ciência da Informação como uma ciência que procura estudar os problemas encontrados tanto na pesquisa científica quanto na prática profissional, de modo a solucioná-los. Segundo Araújo (2014, p. 26), “institucionalmente a Ciência da Informação se desenvolveu ocupando os espaços já constituídos pela Biblioteconomia e Documentação (departamento de universidade, periódicos, associações)”.

Para Le Coadic (2004, p. 12-14), a “Biblioteconomia tem seu foco no acervo e na gestão da biblioteca e da informação e possui como objetivo de organizar uma unidade de informação relacionada às fontes informacionais, serviços, leitores e usuários”. Enquanto isso, para Targino (2006) a Biblioteconomia é a área do conhecimento preocupada com a “organização e a administração das bibliotecas e outras unidades de informação, além da seleção, aquisição, organização e disseminação de publicações sob diferentes suportes físicos”. De acordo com Russo (2010, p. 48), a principal função da Biblioteca é a de

“possibilitar o uso de sua coleção de documentos a um dado público e, para isso, são desenvolvidas atividades de aquisição, organização, tratamento e disseminação desses documentos, utilizando-se técnicas apropriada e pessoal qualificado”.

Com a evolução tecnológica que possibilitou diversas formas de organizar e obter informações, as bibliotecas tradicionais, assim como os centros de informações e outras organizações produtoras de informações, abrigam não somente as obras armazenadas ao longo dos anos, mas também informações veiculadas por redes de comunicação (RUSSO, 2010).

Na documentação, temos como visionário o termo tratado por Marttelart, Paul Otlet e Henri La Fontaine, criadores do Instituto Internacional de Bibliografia, com o propósito de estudar a organização sistemática da documentação (FREIRE, 2006). Otlet expande o conceito de documento, informando que a gama de produtos de informação - tais como artigos e relatórios científicos e técnicos, desenhos industriais, patentes, protótipos, cartões postais, fotografias, dentre outros -, não considerados materiais de biblioteca, consistiam em documentação (PEREIRA, 1997 apud FREIRE, 2006). Para Otlet os documentos citados acima consistem em um problema para sociedade e, nesse sentido, precisavam ser ordenados para que o conhecimento registrado fosse disponível para quem dele necessitasse.

A criação da disciplina, por Otlet e La Fontaine, não tinha por objetivo

[...] reunir uma coleção, guardar um estoque numa determinada instituição, mas promover um serviço transversal, comparativo, entre as diferentes instituições (e entre os diferentes tipos de instituições, também), acentuando-se a natureza pós-custodial das ações (ARAÚJO, 2014, p. 101).

Os autores foram denominados pesquisadores inovadores por pensarem na informação em si:

No processo de criação dos instrumentos necessários para a sua organização, armazenamento e recuperação, Otlet e La Fontaine centraram seus esforços no conteúdo dos documentos, ou seja, na informação em si, e isto foi realmente inovador, pois até então nunca havia sido feito (FREIRE, 2006, p. 10).

Contudo, o pensamento de Otlet e La Fontaine, com relação ao conteúdo dos documentos transformou-se em um novo paradigma: o Informacional. Segundo Freire (2006, p. 10), “o paradigma informacional deslocou o foco de autores e coleções para o conteúdo dos documentos, para a informação em si, desde a produção do conhecimento científico até a sua representação, organização distribuição pelos canais formais de comunicação científica”.

A primeira conceituação sobre Ciência da Informação surgiu nas conferências do *Georgia Institute of Technology*, realizadas entre 1961 e 1962, sendo vista como uma ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação e das forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso (SHERA; CLEVELAND, 1967, p. 265 apud ROBREDO, 2011). Porém, a terminologia não foi aceita de forma unânime pelos pesquisadores da época e, no decorrer do tempo, recebeu diversas classificações e terminologias (SANTOS JR., 2010).

A Ciência da Informação tem como uma de suas características a interdisciplinaridade, que além de estar relacionada à Biblioteconomia e à Documentação, também se relaciona com outras áreas, tais como a computação, a linguística, a ciência cognitiva, dentre outras, para, possivelmente, entender os processos que permeiam a informação. Suas raízes bifurcam na Documentação/Bibliografia e na Recuperação da Informação e sua natureza científica oscila entre ciência social, tecnologia, aplicabilidade ou prática (PINHEIRO, 1997).

Segundo Le Coadic (2004, p. 20), a “interdisciplinaridade traduz-se por uma colaboração entre diversas disciplinas, que leva a interações, isto é, uma certa reciprocidade nas trocas, de modo que haja, em suma, enriquecimento mútuo”. A interdisciplinaridade na Ciência da Informação acontece em momentos distintos e conforme a necessidade das áreas. Por vezes, a Ciência da Informação tem mais proximidade com a Tecnologia da Informação e, em outros momentos, aproxima-se mais próxima a Ciência Cognitiva. O “importante é perceber que todas se relacionam entre si, que não são categorias estanques (a própria natureza dinâmica da informação assim o exige), que sempre haverá pontos de interseção” (FREIRE, 2006, p. 15) favoráveis ao desenvolvimento da Ciência da Informação.

Outra característica da Ciência da Informação relaciona-se à Tecnologia da Informação e tem contribuído para a sua existência. Em se tratando de tecnologia, esta surgiu bem antes da revolução tecnológica da informação, pois a primeira expressão da tecnologia foi a escrita em tabuinhas de barro, nas iluminuras medievais, na imprensa e com os computadores. (FREIRE, 2006). Percebe-se que cada disciplina relatada tem uma ligação com o processo construído em meio tecnológico por onde circulam a informação em nível de organização e recuperação, e a inserção e compreensão da informação feita pelo ser humano, usuário desta.

Nessa estrutura, percebe-se, no desenrolar dos avanços tecnológicos, a preocupação em disseminar as informações para os usuários. Nesse sentido, a Ciência da Informação surgiu, tendo preocupações não só com a guarda dos acervos bibliográficos e documentos, como fez a Biblioteconomia e a Documentação, mas com a disponibilização da informação

para os usuários, onde entra a tecnologia da informação, a qual visa facilitar o acesso à informação.

Segundo Le Coadic (2004, p. 84), as tecnologias da informação

[...] são conjuntos de processos metódicos, baseados ou não em conhecimento científicos, empregados na produção, tratamento, comunicação, uso e armazenamento de informações. Tem por objetivo a concepção de produtos, sistemas e serviços que permitem a construção, comunicação, armazenamento e uso da informação.

Ao longo do tempo, a Ciência da Informação tem evoluído de modo a se adequar às tecnologias vigentes com o objetivo de satisfazer o usuário da informação, reconstruindo-se “ao sabor das inovações na tecnologia” (BARRETO, 2008, p. 3). A Ciência da Informação, junto a outras disciplinas, “é uma participante ativa e deliberante da sociedade da informação” (SARACEVIC, 1996, p. 46), sendo esta sua terceira característica, devido aos impactos tecnológicos que a influenciam para o seu desenvolvimento enquanto ciência. Segundo Castell (1999, p. 69),

[...] o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.

O processo de evolução e desenvolvimento do campo surgiu após a explosão informacional, nos meados da Segunda Guerra Mundial, de modo a pensar como gerir e recuperar informações, o que se caracterizou como um problema para a Ciência da Informação. Segundo Saracevic (1996, p. 42), “o problema era a tarefa massiva de tornar a informação mais acessível o acervo crescente de conhecimento”. Com a intenção de solucionar o problema relativo a informação, Vannevar Bush, cientista do *Instituto de Tecnologia de Massachusetts* (MIT), propôs uma máquina chamada *Memex*, capaz de associar ideias, porém esta concepção não saiu do papel, mas possibilitou que outros cientistas e engenheiros se inspirassem em sua proposta, desenvolvendo produtos fundamentais para a recuperação da informação em parceria com o governo e agências financiadoras.

O trabalho com a recuperação da informação foi responsável pelo desenvolvimento de inúmeras aplicações bem sucedidas (produtos, sistemas, redes, serviços). Mas, também, foi o responsável por duas outras coisas: primeiro, pelo desenvolvimento da C.I. como um campo onde se interpenetram os componentes científicos e profissionais. Segundo, por influenciar a emergência, a forma e a evolução da indústria informacional (SARACEVIC, 1996, p. 45).

Nesse sentido, os estudos relacionados à Organização da Informação e do Conhecimento se desenvolvem com o intuito de pensar ferramentas e métodos capazes de aprimorar o fluxo da informação e sua representação em unidades e sistemas de informações.

2.2 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O conceito de Organização da Informação e Organização do Conhecimento em diversos meios de comunicação tem sido constantemente discutido, em especial, em eventos relacionados à área da Ciência da Informação, onde as teorias são debatidas de modo que possam chegar a um consenso entre seus pares em relação aos termos a serem usados. Nesse sentido, “organizar informação e organizar conhecimento implica lidar com aspectos intrínsecos e extrínsecos à cognição humana, e, mais diretamente, àqueles relacionados ao uso da linguagem natural, como principal veículo de comunicação” (BRASCHER, 2012, p. 11).

A interdisciplinaridade da Ciência da Informação, relacionada à linguística, à filosofia, à terminologia e à semiótica, contribuiu nos estudos direcionados à organização e à representação da informação e do conhecimento (BRASCHER, 2012, p. 12). As pesquisas relacionadas à Organização da Informação também começaram no mesmo período do surgimento da Ciência da Informação, alcançando um crescimento exponencial da informação nos diversos periódicos relacionados à Ciência e Tecnologia, com o objetivo de buscar soluções na organização e recuperação das informações. Também, nesse período, Vannervar Bush criou o *Memex*, uma base de dados para a recuperação da informação.

Em 2008, Marisa Brascher e Lígia Café elaboraram um artigo para o IX ENANCIB, intitulado “Organização da informação ou Organização do conhecimento?”, informando os diferentes usos da terminologia:

Por vezes, o termo organização do conhecimento é utilizado no sentido de organização da informação e vice-versa e, em determinadas situações, empregam-se os termos conjuntamente – organização da informação e do conhecimento (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 2).

As autoras permitem compreender que os termos não estariam evidenciados entre os pesquisadores que integram a linha Organização da Informação, Organização do Conhecimento, Representação da Informação e Representação do Conhecimento nos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. E, nesse sentido, as autoras,

permitem dimensionar, por meio da conceituação dos termos “informação” e “conhecimento”, que os termos “Organização da Informação” e “Organização do Conhecimento” possuem definição e função diferentes.

2.3 DIFERENÇA ENTRE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Para melhor compreensão sobre Organização da Informação e a Organização do Conhecimento é necessário conhecer o conceito de informação e o conceito de conhecimento. Estes termos foram adicionados à Ciência da Informação com o objetivo de compreender o campo. Segundo Bracher e Café (2008, p. 4), os termos

[...] informação e conhecimento se inter-relacionam fortemente, porém possuem características que os distinguem que permitem delimitar a utilização dos termos organização da informação e organização do conhecimento no domínio da Ciência da Informação.

O entendimento do que é informação e do que é conhecimento perpassa entender que o conhecimento tem relação com o que o sujeito aprende e com as informações recebidas sobre determinado assunto, relacionadas às suas experiências, a partir do que se constrói um novo conhecimento. Um signo é um dado que não faz sentido algum para quem o recebe, a partir do momento em que o receptor entende o significado, este se transformará em uma informação (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Assim sendo, segundo Davenport e Prusak (1998), dado é um conjunto de fatos distintos e objetivos que se referem a um evento ou instituição de uma maneira não organizada, possibilitando ou não entendimento para quem o vê. Portanto, desconectado, este dado torna-se um elemento bruto sem qualquer tipo de contextualização e organização. É por meio de dados que identificamos a existência dos materiais, documentos e dos registros da informação. Assim, os dados possuem uma dimensão objetiva e definem um certo horizonte de possibilidades de significados (ARAÚJO, 2014).

Para Le Coadic (2004, p. 8), a definição de dado está relacionada com o meio eletrônico, sendo “uma representação convencional, codificada, de uma informação em uma forma que permita submetê-la ao processamento eletrônico”. Dados são símbolos representacionais e quantificáveis quando transformáveis em um computador.

[...] os dados podem ser totalmente descritos por meio de representações formais, estruturais. Por serem quantificados ou quantificáveis, eles podem ser armazenados em um computador e processados por ele, o que é feito por meio de programas.

Dados incluem os itens que representam fatos, textos, gráficos, imagens estáticas, sons, segmentos de vídeo analógicos ou digitais etc (RUSSO, 2010, p. 15).

Na área das Tecnologias da Informação, Lima e Alvares (2012, p. 24) afirmam que o dado “é a menor partícula da informação que, quando isolada, não possibilita a decodificação clara e comum ao entendimento humano, pois está fora do contexto que favorece a sua compreensão”. Contudo, os dados são símbolos não interpretáveis, pois em um estado bruto não há significados que possam chegar a uma realidade.

A informação é definida como parte do contexto de um sujeito e, segundo Russo (2010), os dados contextualizados dão sentido para quem os recebe. Le Coadic (2004) define informação como conhecimento registrado, em forma impressa ou digital, oral ou audiovisual, em um suporte espacial-temporal (impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc).

Conforme o capítulo anterior, a Ciência da Informação tem tido dificuldades de consolidar sua definição devido ao seu objeto de estudo, a informação. Isto acontece por ter um conceito amplo e por fazer parte de diversas disciplinas, tornando-se então um conceito interdisciplinar. Na área da Administração, a informação é definida como um processo de tomada de decisão, na Psicologia como estímulo externo, na Economia como algo que reduz a incerteza e, como é perceptível, possui variações e diferentes compreensões nas demais áreas do conhecimento (MOSTAFA, 1994, p. 22).

A origem da informação está baseada em raízes latinas e procedências gregas, nas quais o termo informação vem de *information*, tendo o *in* um sentido de forma (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Os autores informam que, durante a Idade Média, o conceito informação foi comumente usado nos sentidos epistemológicos, ontológicos e pedagógicos. Na Idade Moderna e pós-Moderna, a informação referia-se a modelagem, no sentido de formação. Com o surgimento da Teoria da Informação, no século XX, o conceito informação deixou de ser abstrato, tornando-se interdisciplinar (CAPURRO; HJORLAND, 2007). No entendimento dos autores, o conceito de informação é diverso e tem alterações relacionadas aos diferentes períodos e lugares ou contextos.

A palavra informação é interdisciplinar e, no decorrer do tempo, conforme cada área do conhecimento, passou a ter sentidos diferentes. Segundo Mathias (2005, p. 145),

[...] o termo informação não respeita os limites das áreas de conhecimento e não encontra consenso sobre qual deveria ser sua definição, que varia de uma área do conhecimento para outra e em relação a diferentes contextos.

Na Ciência da Informação, o vocábulo informação insere-se de forma estratégica, com a interferência do campo recuperação da informação, de modo a forjar uma identidade distinta que acompanha os avanços tecnológicos de cada época:

[...] os cientistas da informação queriam forjar uma identidade distinta, que fosse voltada tanto para a tecnologia da informação quanto para o tratamento de conteúdos. Uma razão para que os cientistas da informação preferem não estar ligados à Biblioteconomia pode ser os importantes avanços tecnológicos que foram realizados não pelas pessoas ligadas à Biblioteconomia, mas por aqueles ligados a ciência da computação. Esta preferência é, muito provavelmente, a razão pela qual eles afirmaram trabalhar com a informação e não com a documentação (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 182).

Este termo, inserido de forma não gratuita e tampouco inocente, (LE COADIC, 2004, p. 3) visava assegurar, mediante uma linguagem pseudocientífica, que se pretendia em comum, certa convergência de métodos e ideias e, finalmente, um pseudoconsenso de modo a adquirir certo prestígio.

A origem da organização do conhecimento aconteceu na década de 1950, na Ciência Cognitiva, e foi iniciada pelo Movimento da Primeira Cibernética, “com a noção básica de que o conhecimento humano apresenta uma posição particular” (BORGES, 2003, p. 5 apud SEMIDÃO, 2013, p. 2), sendo esta uma das ciências influentes na Ciência da Informação. Os estudos vinculados ao conhecimento estão relacionados “com os aspectos cognitivos que ocorrem com a mente humana e envolvem processos mentais de captação, assimilação, associação e também de construção, desconstrução e reconstrução de conceito” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 24).

Nessa perspectiva, o conhecimento é individual, mas também comunitário, pois faz parte de uma linha discursiva de conhecimento em um determinado campo científico e ocorre segundo a percepção de cada ser humano. De acordo com Le Coadic (2004, p. 8),

[...] o nosso estado de conhecimento a respeito de um determinado assunto, em determinado momento, é representado por uma estrutura de conceitos ligados por suas relações: nossa imagem no mundo. Quando constatamos uma deficiência ou anomalia deste(s) estado(s) de conhecimento, encontramos-nos em um estado anômalo de conhecimento.

Conforme Lima e Alvares (2012, p. 25), compreender a informação implica dimensionar a relação do indivíduo com seu modo de ser e estar no mundo:

[...] um indivíduo, para se transformar em conhecimento, dialoga com a sua cultura, seus valores e princípios, seu modo de ser e sua maneira de ver e compreender o mundo. O conhecimento nesse caso é subjetivo (inerente ao sujeito), mas ao mesmo tempo social, pois o ser humano interage com o mundo que o circunda,

modificando-se e sendo por ele modificado. Nem toda informação existente em um documento vai se transformar em conhecimento, pois quem aprende precisa ter os elementos fundamentais para a decodificação da informação, ou seja, fazer a correlação dessa informação com as estruturas mentais e conhecimentos correlatos dessa informação com as estruturas mentais e conhecimentos correlatos mínimos que possibilita o entendimento e, se for o caso, a geração de novos conhecimentos.

Então, ainda segundo Lima e Alvares (2012, p. 25),

[...] a palavra conhecimento comporta tanto a significação do processo individual e mental quanto de um conjunto de saberes que se desenvolvem e evoluem continuamente e que são socializados em uma área, uma ciência ou um domínio da atividade humana.

A Organização da Informação e a Organização do Conhecimento são realizadas com o intuito de prever uma boa recuperação da informação feita pelo usuário. Nesse sentido, a área que se aproxima da Ciência da Informação com relação a sua especificidade é a da recuperação da informação, com a interação das tecnologias da informação.

[...] estas tecnologias são utilizadas para criação de linguagens de controle para recuperação da informação que fiquem mais próximas das linguagens naturais, para oferecer serviços de informação à distância e implementar o compartilhamento e a troca de informação entre pesquisadores (FREIRE, 2006, p. 16).

Brascher e Café (2008) informam que a informação e o conhecimento se inter-relacionam, ou seja, a informação pode gerar conhecimento e o conhecimento pode ser transmitido por meio da informação, tornando-as dependentes uma da outra. Para Le Coadic (2004), a informação é o conhecimento registrado em um determinado suporte.

A organização em uma unidade de informação propõe uma melhor compreensão e recuperação da informação em um sistema ou acervo físico de uma biblioteca. Assim, organizar a informação envolve “um processo de arranjo de acervo tradicional ou eletrônico realizado por meio de descrição física e de conteúdo (assunto) de seus objetos informacionais” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 118). Deste modo, um objeto informacional, para ser melhor recuperado, passa por um processo de descrição da parte física e temática do seu conteúdo, de onde são retirados elementos principais que facilitam a sua recuperação. Segundo Garrido (2011, p. 4), “a descrição física e de conteúdo envolve processos específicos inseridos na cadeia de informação (ou ciclo de vida da informação) cujos componentes são: criação, disseminação, organização, armazenamento e uso”, processos existentes na Biblioteconomia há anos.

Para Lima e Alvares (2012, p. 23), “organizar envolve o processo de análise, classificação, ordenação e recuperação”. A técnica refere-se às atividades relacionadas ao

tratamento da informação que, geralmente, encontra-se em bibliotecas, sejam elas públicas, escolares, universitárias ou especializadas. No entanto, a preocupação em obter uma informação recuperada e acessível para o usuário remete aos estudos da Ciência da Informação.

A Organização do Conhecimento “visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). Segundo a mesma autora, a Organização do Conhecimento gera dois tipos de representação: a representação da informação e a representação do conhecimento. Assim,

[...] a representação da informação é conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional e que é obtido pelos processos de descrição física e de conteúdo e a representação do conhecimento, que se constitui numa estrutura conceitual que representa modelos de mundo (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6).

O objetivo da Organização da Informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação (BRASCHER; CAFÉ, 2008), e para que isso aconteça o campo de estudo possui duas dimensões, a saber: a primeira está relacionada com a descrição física do documento, ou seja, a descrição do suporte informacional, por meio do processo de catalogação e origina as fichas catalográficas; a segunda dimensão conecta-se à representação do conteúdo, também chamado de Tratamento Temático da Informação, a Indexação e a Classificação. Especificamente a área da indexação compõe o foco de estudo desta dissertação.

2.4 TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO

A organização da informação é uma das importantes atividades na área de Biblioteconomia, constituída de um conjunto de processos que facilita o acesso à informação para quem dela necessita. Nesse sentido, o tratamento da informação

[...] ocupa espaço nuclear na literatura e nas práticas profissionais relacionadas à Ciência da Informação, uma vez que é por meio dele que se efetiva a mediação entre a produção e o uso da informação, de modo a permitir o acesso ao conteúdo informacional (GUIMARÃES; SALES; GRACIO, 2012, p. 3).

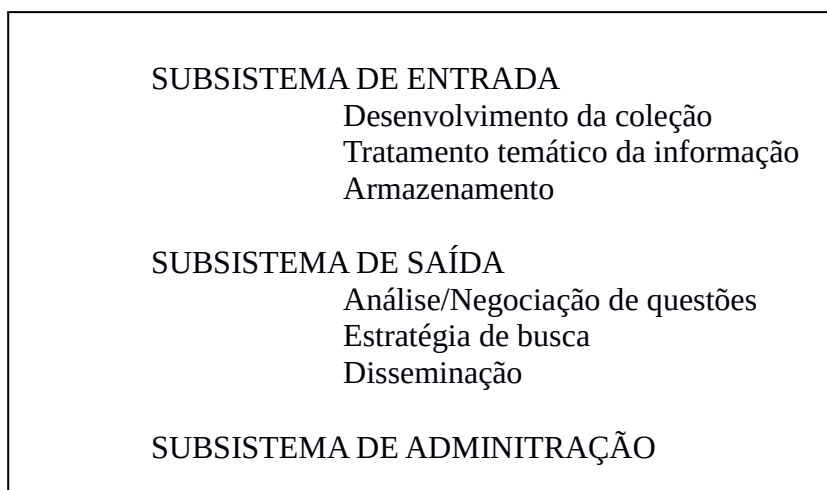
Segundo Guimarães (2008, p. 82), a área de Tratamento Temático da Informação se construiu, ao longo dos tempos, a partir de três distintas linhas de abordagem, que poderiam ser enunciadas como: *subject cataloguing* (de orientação predominantemente norte-

americana), *indexing* (de perspectiva majoritariamente inglesa) e *analyse documentaire* (de vertente essencialmente francesa).

No entanto, as correntes citadas acima compõem parte significativa da construção dos cursos de Biblioteconomia no Brasil: a corrente norte-americana, baseada no *subject cataloguing*, foi introduzida na escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); a vertente de matriz inglesa, baseada na *indexing*, foi inserida na escola de Biblioteconomia da Universidade de Brasília (UnB) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); e, a corrente *analyse documentaire*, de onde são selecionados conceitos para representação do documento, foi inserida na Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo (USP), onde está o Departamento de Biblioteconomia, de forte influência inglesa (GUIMARÃES, 2008).

Estas três correntes refletem nos processos utilizados, tais como classificação, indexação e condensação, além do processo de gerenciamento da unidade de informação, em especial, a biblioteca, onde são tratadas e gerenciadas as fontes de informação, inseridas nos mais diversos suportes. Segundo Dias e Naves (2007), a biblioteca e o sistema de recuperação da informação proporcionam ao usuário o acesso à informação. A biblioteca, por meio de seu acervo físico, relacionada ao aspecto econômico – visto que nem todos possuem condições financeiras para adquirir uma biblioteca - e ao Sistema de Recuperação da Informação, otimiza o acesso ao conteúdo das informações por meio de catálogos. Tanto a biblioteca, quanto o Sistema de Recuperação da Informação (SRI) são constituídos por vários subsistemas, conforme o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1- Subsistemas constituintes do Sistema de Recuperação da Informação (SRI).



Um desses subsistemas chama-se Tratamento Temático da Informação, “encarregado de descrever aspectos físicos e de conteúdo dos documentos trazidos à biblioteca ou ao sistema de recuperação da informação pelo subsistema de desenvolvimento da coleção” (DIAS; NAVES, 2007, p. 15). Para fins desse trabalho, enfatizou-se a discussão relacionada ao processo de indexação, procedimento que utiliza uma linguagem documentária norteadora da escolha de descritores para a recuperação da informação.

As linguagens documentárias (LDs) são sistemas de organização do conhecimento, feitas por meio de atividades como a catalogação, a indexação, a classificação, etc. As LDs possuem o intuito de facilitar o acesso à informação pelo usuário. Porém, a representação do conhecimento não é feita somente utilizando o instrumento como o código de catalogação, normas de elaboração de referências, linguagem de indexação, etc, mas sim utilizando-se do conhecimento construído pelo profissional da informação ao longo de sua formação. Este conhecimento deve ser empregado para interpretar as obras e atribuir os termos adequados para que o usuário realize uma busca rápida pela informação desejada e a recupere.

A análise documental, também chamada de análise de assunto, é uma das atividades da representação do conhecimento, etapa bastante exigente para o profissional da área. Segundo Dias e Naves (2007, p. 9),

[...] “é um processo de ler o documento para extrair o conceito que traduzam a essência de seu conteúdo”. Nesse sentido, segundo o autor é uma tarefa onde diversos fatores ligados à pessoa do profissional poderá interferir, tais como: “nível de conhecimento prévio do assunto, formação, experiência, subjetividade, além de fatores linguísticos, cognitivos e lógico (DIAS; NAVES, 2007, p. 9).

Analisar o conteúdo por meio da representação do documento, muitas vezes, pode gerar uma representação não condizente com a realidade e o contexto, devido à influência dos valores morais do indexador, possibilitando juízo de valor.

2.4.1 Indexação

A recuperação da informação, processo final da organização da informação, possibilita que o usuário tenha contato com a informação desejada. Nesse sentido, Teixeira e Schiel (1997 apud HOLANDA; BRAZ, 2012) informam que a recuperação da informação corresponde a três etapas, a saber: indexação, armazenamento e recuperação. Entretanto, para o adequado processo de recuperação da informação, a indexação, etapa principal, deve ser feita de maneira minuciosa, permitindo identificar termos que representem os documentos.

Os sistemas de recuperação da informação:

[...] baseados na web são sistemas complexos e exigem a soma de conhecimentos de profissionais com domínio de conhecimento em diversas áreas. O profissional de ciência da informação pode contribuir com conhecimentos específicos para a criação de bancos de dados e oferecer uma perspectiva técnica para indexação e recuperação de informação (DZEKANIAK, 2004 apud SISTEMAS..., p. 118).

Para que a recuperação da informação aconteça existem dois tipos de processos de indexação: a manual e a automática. A indexação é uma das atividades principais da organização da informação, que surgiu ao longo do século XX, momento de expansão da quantidade de periódicos, aproximadamente 60.000 na área de ciência e tecnologia na década de 1960, de modo a auxiliar no processo de recuperação da informação. A atividade de indexação tem por finalidade “organizar informações referentes, principalmente, a artigos de periódicos” (DIAS; NAVES, 2007, p. 16) para fins de recuperação da informação, com o intuito de amenizar incertezas em torno da informação desejada. Possui como objetivo, construir produtos e linguagens de indexação para representar o conhecimento em um determinado domínio. Trata-se de uma atividade metodologicamente estratégica com relação ao tratamento de conteúdo dos documentos e sua recuperação da informação feita pelo usuário (FUJITA, 2003, p. 61). Na indexação a atividade de análise de assunto ou leitura documentária acontece em três processos:

- a) Análise: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos;
- b) Síntese: construção do texto documentário com os conceitos selecionados;
- c) Representação: constitui-se em duas modalidades de representação condensadas: resumo e o índice (CERVANTES, 2004, p. 27).

Esta combinação estratégica refere-se ao conhecimento do assunto que o profissional indexador possui, além da metodologia utilizada para realização da leitura documentária, seja para elaboração de resumos ou abstração de termos, visando a construção de índices e de instrumentos de representação do conhecimento. Nesta perspectiva, o modo como o profissional indexa o documento reflete no sistema de recuperação em que o usuário realiza a busca pela informação e a sua recuperação (FUJITA, 2003).

Segundo Boccato e Fujita (2011, p. 215), a linguagem de indexação “configura-se no conhecimento prévio que estes catalogadores possuem acerca do assunto tratado no documento, formadora de seu contexto sociocognitivo”. É também conhecida como linguagem documentária e de vocabulário controlado, assunto importante apresentado no Capítulo 3 da presente dissertação.

O indexador seleciona os termos no processo de indexação, os quais servirão de ponto de acesso para melhor localização e recuperação do documento (LANCASTER, 2004, p. 6). Os termos selecionados de um documento, segundo o mesmo autor, também podem se configurar em um resumo representando o documento.

Na norma da ABNT 12676, a indexação é conceituada como “o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2). No entanto, para Chaumier (1988, p. 74 apud SOUZA, 2015, p. 2), “a indexação é uma operação essencial para que se possam recuperar documentos do acervo documentário e então responder, de forma adequada e eficaz, a todo pedido ou questão dos usuários”. Portanto, a indexação consiste na “atividade de selecionar ou definir termos (palavras ou expressões) que descrevem o conteúdo de um documento sempre levando em consideração uma clientela específica” (BORGES, 2009, p. 19).

De acordo com Gonçalves (2008, p. 97),

[...] a indexação pode ser definida como uma operação de representação documentária cuja finalidade é direcionada a identificar e selecionar conceitos que transmitam a essência de um documento a fim de representá-lo por termos de uma linguagem documentária.

A indexação corresponde a dois estágios: “o analítico em que é realizada a compreensão do texto como um todo, a identificação” e a triagem de “conceitos válidos para a indexação e o estágio de tradução, que consiste na representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação” (FUJITA, 2003, p. 63). As etapas desse processo são resumidas pela autora como:

- a) Determinação do assunto: estabelecimento dos conceitos tratados num documento;
- b) Representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação: a tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação.

Para Rubi (2008, p. 26), a

[...] indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento, por meio do processo de análise de assunto, e à representação desse conteúdo através de conceitos, que por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária, com vistas à intermediação entre o documento e o usuário no momento da recuperação da informação, seja em índices, catálogos ou bases de dados.

Por meio de leitura documentária desenvolve-se a indexação, atividade permeada por influências culturais, sociais, políticas, físicas, cognitivas, entre outras, do bibliotecário

indexador (SOUZA; FUJITA, 2014). No processo de indexação, em especial na leitura documentária, são identificados e selecionados os conceitos componentes do assunto do documento. Há autores que nominam esse processo de análise de assuntos, outros denominam análise documentária, análise de conteúdo, análise temática, análise de informação, análise conceitual, dentre outras designações. Para essa pesquisa utilizou-se o termo *análise de assunto*, por se tratar de um instrumento de organização do conhecimento construído por meio de assuntos.

A leitura documentária deve interligar-se ao sistema de recuperação da informação e com o usuário participante da área do conhecimento, a qual chamamos de domínio. Isso envolve uma conectividade que induz o bibliotecário indexador, o mediador da ação entre sistema e usuário, a verificar quais palavras compõem o contexto.

Para Fujita (2003, p. 69), o

[...] processo de análise de assunto reveste-se de uma subjetividade característica, dadas às circunstâncias e elementos envolvidos, pois, a partir da leitura do documento pelo indexador, é realizado um processo de comunicação interativo entre três variáveis: leitor, texto e contexto.

Segundo interpretação de Rubi (2009, p. 82), trata-se de uma atividade que “procura compreender de maneira geral o documento para identificar e selecionar os termos que o representarão para efeito de recuperação”. No entendimento de Cervantes (2009), a análise documentária, sob o ponto de vista metodológico, define-se como um conjunto de procedimentos que se caracterizam por meio de três operações:

- a) Análise: faz-se leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos;
- b) Síntese: constrói-se o texto documentário com os conceitos selecionados;
- c) Representação: constitui-se nas modalidades de representações condensadas: o resumo e o índice (CERVANTES, 2009).

A variável mais influente nesse processo é o indexador leitor, pois a compreensão mediante a sua interpretação, com base em seu conhecimento prévio, dimensiona melhor a compreensão do assunto (FUJITA, 2003).

Entende-se como informação, as palavras que produzem sentido ao receptor quando da leitura, que também compõe uma prática do bibliotecário, responsável por lidar com as fontes de informação, sejam estas científicas, literárias ou artísticas, em uma unidade de informação. Por meio da leitura, o bibliotecário “codifica, classifica, indexa, atribui palavras-chave,

descritores, que vão ser os indicadores para a consulta aos índices das bibliotecas, dos arquivos, quer que seja em formato magnético ou em papel” (LUCAS, 2000, p. 13).

Na indexação defronta-se com palavras, chamadas conceitos, e seus significados, que representam o assunto do documento. Quando estes assuntos são de uma área especializada, as palavras oriundas de uma linguagem natural tendem a ser identificadas como termos e transformadas em descritores, ao fazerem parte de um instrumento de organização do conhecimento.

Nesse sentido, cabe aqui diferenciar palavra, conceito, termo e descritor. Segundo o Dicionário Online de Português (2016, s/p), palavra é uma “unidade linguística com significado, que pode ser escrita ou falada”. Ao ter um significado próprio, a palavra passa a deter o significado de termo. Segundo Campos (2001, p. 118), o “termo guarda uma relação muito própria com a área de especialidade na qual está inserido”, visto que indica, “em sua forma escrita/oral, o conhecimento aprendido de uma realidade concreta ou abstrata pelos membros da área de especialidade”.

Da seleção de termo escolhe-se um que represente o assunto do campo do conhecimento, chamados de descritores. Enquanto isso, o conceito, segundo a Norma 12.676 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA, 1992), alude a “qualquer unidade de pensamento”. O termo e o conceito “são elementos que não se dissociam” (CAMPOS, 2001, p. 117), pois possuem teorias próprias para melhor entendimento do assunto. Uma das precursoras da teoria do conceito é a Ingertraut Dahlberg, que define conceito como uma “unidade do conhecimento” (DAHLBERG, 1978, p. 5). Os estudos sobre o termo encontram-se na Terminologia e uma das precursoras destas abordagens é Maria Teresa Cabré (1999):

[...] como teoria, a terminologia é um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessário para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados; como prática, é um conjunto de métodos e atividades voltado para coleta, descrição, processamento e apresentação de termos; como produto, é um conjunto de termos, ou vocabulário, de uma determinada especialidade (DIAS, 2000, p. 90).

Sendo a primeira etapa do tratamento temático da informação, a leitura documentária tem como metodologia a análise de assunto, constituído pelo

[...] processo de ler o documento para extrair conceitos que traduzam a essência do seu conteúdo. Esta tarefa está sujeita à interferência de diversos fatores ligados à pessoa daquele profissional, como nível de conhecimento prévio do assunto de que se trata o documento, formação e experiência, subjetividade, além de fatores linguísticos, cognitivos e lógicos (DIAS; NAVES, p. 2007, p. 9).

Para Fujita (2003, p. 67), o termo análise de assunto “é o mais utilizado, mas grande parte dos autores o considera como a etapa de tradução dos conceitos extraídos dos documentos para um vocabulário controlado ou o processo de indexação como um todo”. Esta análise de assunto tende a determinar a tematicidade do documento mediante identificação e seleção dos conceitos componentes do assunto ou tema principal e secundários (FUJITA, 2003, p. 69). Manifesta-se o entendimento dos significados dos documentos e o acesso à informação conforme a necessidade do usuário (RODRIGUES; CERVANTES, 2015, p. 38).

A análise de assunto ocorre por meio de leitura feita pelo bibliotecário, tendo como princípio a Política de Indexação, que, segundo Fujita (2012, p. 17), consiste em

[...] conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação. Decide não só sobre a consistência dos procedimentos de indexação em relação aos efeitos que se necessita obter na recuperação, mas principalmente, sobre a delimitação de cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos tendo em vista os domínios de assuntos e as demandas dos usuários.

As Políticas de Indexação são dotadas de princípios e critérios necessários à orientação de “decisões para otimização do serviço e da racionalização dos processos” (FUJITA, 2012, p. 17). Na etapa da análise de assunto, a leitura e a compreensão do profissional indexador são primordiais para identificação do assunto do documento. Segundo Lucas (2000), a leitura pode ser pensada por meio de diversas abordagens: sociológica, fisiológica, semiológica, fenomenológica, filosófica, dentre outras. Definida inicialmente como um conjunto de práticas codificadas, histórica e socialmente envolvidas (BARTHES, 1994 apud LUCAS, 2000), a leitura possui diversos sentidos e formas de classificação:

- a) Ler é uma técnica: a leitura é uma técnica de decodificação, na medida em que os signos inscritos segundo um determinado código (escrita, músicas, diagramas) só podem ser entendidos por meio de sua decodificação;
- b) Ler é uma prática social: durante milênios, a leitura, o saber ler, foi uma forma de discriminação social. Desde o início, saber escrever e ler esteve ligado (com os escribas reais) às esferas do poder e da religião. A leitura estava ligada à possibilidade de se medir o tempo, à comunicação, à capacidade de memória, sendo um instrumento privilegiado de poder, de segredo;
- c) Ler é uma forma de gestualidade: durante séculos a leitura foi uma atividade forte, na qual o corpo estava, por estatuto, empenhado: a leitura constituía-se em gestos de ato, ler discurso constitui-se parte da integrante da retórica, era teatral;
- d) Ler é uma forma de sabedoria: na idade média, a leitura era concebida como possibilidade de acesso de um sujeito a um tesouro (de conhecimento, de pensamento), era uma via de alcance da sabedoria, prescrita e recomendada como exercício (leitura dos textos sagrados);
- e) Ler é um método: ler quer dizer ler bem, decifrar criticamente os textos. Ler torna-se então método intelectual destinado a organizar um saber, um texto, e a restituir-lhe todas as vibrações de sentido contidas na sua letra, de que a primeira leitura é, precisamente, garantia;

- f) Ler é uma atividade voluntária: é ler por prazer. O prazer da leitura esta no próprio ato de ler, independente do conteúdo dos textos, sendo a leitura uma das vias privilegiada de acesso ao imaginário.

No ato da leitura há uma sintonia entre o reconhecimento e a compreensão. No reconhecimento

[...] o texto é desconstruído, e, por meio de sua compreensão, construímos um outro texto que já é o texto do leitor. A leitura efetivada é um ato de produção de um outro texto, não é neutra ou inocente, não é mera reprodução na medida em que ocorre a ampliação do texto que ocupa (LUCAS, 2000, p. 38).

Segundo Faulstich (1994, p.13), a leitura é uma busca por informação e, para que esta seja incorporada pelo leitor, faz-se necessário entendimento e compreensão em relação ao lido.

Entender um texto é compreender claramente as ideias expressas pelo autor para, então, interpretar e extrapolar essas ideias. Nesse momento o leitor deve ajustar as informações contidas no contexto em análise às que ele possui em seu arquivo de conhecimento (FAULSTICH, 1994, p. 23).

Como relatado, o princípio de indexação requer critérios e diretrizes que norteiam a análise de assunto. Nesse sentido, os tópicos que devem fazer parte da Política de Indexação são a exaustividade e a especialidade, a revocação e a precisão. Para fins desse trabalho, relativo à elaboração de lista de termos, a exaustividade e a especificidade são tratadas de forma enfática.

Para Rubi (2009), a exaustividade diz respeito ao número de termos transformados em descritores por meio da análise de assunto, que podem fazer parte de uma linguagem documentária para uma determinada instituição. Nesse sentido, quanto mais exaustiva é a análise de assunto de um determinado documento, mais existe a possibilidade de identificar termos candidatos a descritores. Ainda, para a autora, a variedade de termos diferentes que possuem o mesmo significado é indicada para uma biblioteca pública, por esta possuir uma diversidade de materiais com diferentes temas e público, proporcionando consulta a uma base de informações com diferentes termos para o mesmo assunto.

No entendimento de Fujita (2014, p. 24), com relação à exaustividade, “dimensão do campo coberto pelo índice, não deve ser interpretada limitadamente em decorrência dos dados indexados poderem ser utilizados por outros grupos” (WORLD INFORMATION, 1981), mas consideradas as implicações sociais/econômicas. A Norma NBR informa que não há limites para a determinação de termos no documento, entretanto, o bibliotecário, em sua instituição,

estipula um limite a ser incluído na Política de Indexação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992).

Enquanto isso, a especificidade “está relacionada ao nível de abrangência que a biblioteca e a linguagem documentária permitem especificar os conceitos identificados documento” (RUBI, 2009, p. 85). Estes dois procedimentos refletem na recuperação da informação feita pelo usuário:

[...] os conceitos devem ser o mais possível especificado no processo de indexação e a forma genérica deve apenas ser utilizada em alguns casos, como por exemplo, na situação que o indexador considera que uma ideia não foi completamente desenvolvida, ou se o autor a trata de forma superficial (WORLD INFORMATION..., 1981 apud FUJITA, 2014, p. 25).

Portanto, a Política de Indexação é um documento importante, pois especifica, por meio de diretrizes, a quantidade de termos a serem atribuídos, seja de forma exaustiva ou específica.

2.4.2 Indexação automática

O objetivo de abordagem sobre a indexação automática envolve compreender este processo como uma forma prática e rápida para a etapa de identificação, seleção e relevância das palavras em um documento científico. Tendo em vista o foco deste trabalho, a construção de uma linguagem pré-coordenada, em especial, um Cabeçalho de Assuntos, o processo de extração e obtenção dos termos realiza-se com base no aspecto semiautomático da indexação.

Diante da quantidade de volume informacional relacionada à publicação, seja por meio impresso ou digital, e com o surgimento do computador na década de 1960, “na área de representação e recuperação da informação” (MAMFRIM, 1991, p. 191), a Biblioteconomia e a Ciência da Informação identificaram nas áreas da informática, estatística e documentação, a possibilidade de realizar a indexação automática, a qual consiste na extração de termos utilizando meios estatísticos e probabilísticos (BORGES, 2009).

Hans Peter Luhn, pesquisador alemão, especialista da *International Business Machines* (IBM), foi o pioneiro no desenvolvimento do método estatístico para a extração de termos no processo de indexação automática (MORAES, 2002 apud LAPA; CORREA, 2014). O método estatístico baseia-se “na natureza estatística do uso da palavra” (PÃO, 1991 apud MAMFRIM, 1991, p. 192), e o probabilístico envolve “um processo de mecanização das partes descritas na indexação manual, que tem o objetivo de agilizar e auxiliar o processo

intelectual realizado pelos profissionais da área” (BORGES, 2009, p. 31). Segundo Guedes (1994, p. 318), “a indexação automática é a formalização e/ou mecanização do processo de indexação, em parte ou no todo, com o objetivo de reduzir a subjetividade do processo”. A indexação automática pode ser feita em um documento ou em um *corpus* documental.

O processo de indexação resulta em uma lista de índices e descritores. Nessa perspectiva, métodos de indexação, construídos por meio de computadores entre 1950 e 1977, visavam a “construção de índices a partir de textos, especialmente a partir de palavras que ocorrem nos títulos dos documentos” (BORGES, 2009, p. 31). Estas técnicas possibilitaram e possibilitam a diminuição de tempo com relação às atividades de indexação que o profissional da informação realiza.

O método de indexação automática (método de conjunto de entrada de índice) é originário de uma das leis bibliométricas, a lei de Zipf, que consiste em uma tecnologia de extração de termo conforme seu contexto. Segundo Lancaster (2004), o método é *Keyword in Context* – KWIC (Palavra-chave no Contexto), correspondendo a um índice rotativo em que cada palavra-chave presente nos títulos dos documentos torna-se uma entrada do índice. No *Keyword out of Context* – KWOC (Palavra-chave fora do Contexto), as palavras-chave constituem pontos de acesso repetidos fora do contexto, normalmente destacadas no canto esquerdo da página ou usadas como Cabeçalho de Assuntos. A *Selective Listing in Combination* – SLIC (Listagem Seletiva em Combinação) organiza a sequência de termos de um documento em ordem alfabética e elimina as sequências redundantes. Quanto ao método *Preserved Context Indexing System* – PRECIS, produz índice impresso baseado na ordem alfabética e na “alteração” sistemática de termos para que ocupem a posição de entrada. O *Nested Phrase Indexing System* – NEPHIS (Sistema de Indexação de Frase Encaixada) corresponde a um índice articulado de assunto. Nesse modelo, os termos de entrada são reordenados de tal modo que cada um se conecta a seu vizinho original por meio de uma palavra funcional ou pontuação especial, conservando-se, assim, estrutura similar à de uma frase, mesmo que muitas vezes disposta em ordem diferente.

Segundo Holanda e Braz (2012), a indexação automática pode ser dividida em indexação por extração e indexação por atribuição. Para as autoras, a indexação por extração utiliza-se de métodos estatísticos para extrair palavras com certo grau de ocorrência em um documento. A Indexação por atribuição tem proximidade com a indexação manual realizada pelo ser humano e possibilita atribuir termos utilizando um vocabulário controlado. Contudo, o computador pode ser programado para realizar a extração de termo em um documento ou

em um conjunto de documentos, possibilitando a verificação de frequência e relevância por parte do bibliotecário especialista no domínio.

De acordo com Lancaster (2004, p. 286),

[...] é possível escrever programas simples para contar palavras num texto, desde que este tenha sido cotejado com uma lista de palavras proibidas, a fim de eliminar palavras não significativas (artigos, preposições, conjunções e assemelhado), e, em seguida, ordenar essas palavras segundo a frequência dessas ocorrências.

As palavras não significativas são conhecidas como *Stop Word* (ou palavras de parada), “que podem ser consideradas irrelevantes para o conjunto de resultados a ser exibido em uma busca realizada em um motor de busca” (HOLANDA; BRAZ, 2012, p. 50). Neste caso, as *Stop Word* são palavras não significativas extraídas juntamente com as palavras significativas.

O processo de eliminação de palavras feito pelo computador é semelhante à leitura feita pelo ser humano, onde “o olho é considerado a janela do cérebro: ele reconhece as palavras significativas e suas associações, fixando-se nelas um tempo necessário para assegurar a memorização das idéias, ignorando, praticamente, as palavras não significativas” (BORGES, 2009, p. 31-32). Assim sendo, a guarda das palavras significativas por meio da leitura possibilita uma releitura de forma sintética do documento, como também ocorre com o processo de indexação automática.

Borges (2009), em sua dissertação, evidencia como acontece o processo de indexação automática, assim, trechos de documentos, geralmente resumos, são introduzidos em um *software* e uma variedade de procedimentos automáticos de análise de texto é utilizada para produzir, para cada item, um “conceito vetor”, constituído por ponderação de termos ou conceitos representativos do conteúdo do documento. Em seguida, obtêm-se uma comparação entre o documento e a consulta de vetores, sendo calculada a frequência com que a palavra aparece no texto. O processo acontece da seguinte forma: a) contar palavras num texto; b) cotejá-las com uma lista de palavras proibidas; c) eliminar palavras não significativas (artigos, preposições, conjunções, etc.); d) ordenar as palavras de acordo com sua frequência (BORGES, 2009, p. 36). Com a lista gerada, estabelecem-se critérios como, por exemplo, um número absoluto de palavras de modo a estabelecer um ponto de corte (LANCASTER, 2004).

Com a relação às diferenças entre a indexação manual e a automática, segundo as pesquisas que envolvem o tema indexação, as duas possuem o mesmo resultado na recuperação da informação, porém, para a obtenção dos termos, incluindo tempo e

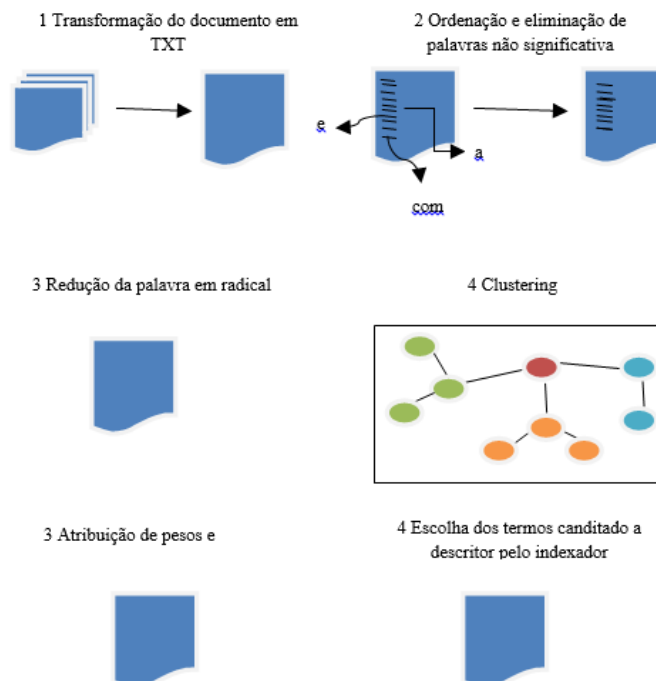
treinamento, a indexação automática é mais viável (CARROL; ROELOFFS, 1969 apud VIEIRA, 1988).

Na presente pesquisa, sobre a construção de um Cabeçalho de Assuntos para os Estudos Africanos e Afro-Brasileiros do NEAB, foi realizada uma indexação semiautomática, possibilitando que o indexador especialista da área identifique possíveis descritores na lista de palavras extraídas. Nesse sentido, a indexação semiautomática desenvolve-se da seguinte forma:

[...] inicialmente o sistema faz uma indexação automática dos documentos levando em conta as ocorrências das palavras mais frequentes no texto. Em um segundo momento, o indexador humano refina a lista dos descritores propostos pelo sistema fazendo os ajustes e/ou complementações necessárias (PINTO, 2000, p. 66).

Para um maior entendimento, segue abaixo uma figura elucidativa das etapas do processo de indexação semiautomática, que possibilita a extração das palavras (Figura 1).

Figura 1- Passo a passo da indexação automática.



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

2.5 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Em tempos em que a informação está em diferentes suportes, pensar no controle dos termos implica refletir previamente sobre o modo a ser utilizado pelo usuário para realizar a busca de informações. Conforme Marshall (2009), a linguagem natural é polissêmica, ou seja, as palavras podem possuir mais de um significado que, conseqüentemente, podem prejudicar na busca de informação. Nesta perspectiva, ter um padrão vocabular para auxiliar na busca de informações pode evitar a ambigüidade e a polissemia vinda da linguagem natural.

Com o aumento das produções de relatórios de pesquisa, tendo como foco a especialidade de um determinado assunto, a representação genérica feita no início do século XX não atendia, por excelência, as fontes especializadas, pois, a recuperação destas apresentava ruídos que dificultam a busca do documento desejado. O problema relacionado ao ruído na busca da informação desejada provém do crescimento exponencial da informação que, conseqüentemente, dificultou o armazenamento e a recuperação da informação (CINTRA, et al., 2002). Nesse segmento, buscou-se na área da linguística uma solução para estudar métodos capazes de realizar a análise de conteúdo transformando a linguagem natural em linguagem de documentação (CINTRA, et al., 2002), permitindo desenvolver instrumentos que dessem conta de suprir as necessidades específicas dos temas produzidos (DODEBEI, 2002).

Por volta de 1940, a explosão documental gerada pelo processo de especialização do saber obriga bibliotecários a questionar não só o seu objeto de estudo, como os procedimentos utilizados na organização dos acervos documentais. O livro, até então objeto de estudo inquestionável da Biblioteconomia, passa a disputar espaço com outros gêneros e suportes documentais, principalmente artigos de periódicos e relatório de pesquisa, sendo esses últimos os que mais enfaticamente representam a era da especialização do conhecimento (DODEBEI, 2002, p. 11).

Nesse período surgiram os primeiros vocabulários controlados proporcionados pelas agências do governo americano e europeu para controlar, organizar e recuperar informações e a grande quantidade de material científico e tecnológico motivado pela Segunda Guerra Mundial. Durante muito tempo, inúmeras denominações retrataram o instrumento de organização do conhecimento que auxilia pesquisadores/usuários a utilizarem a linguagem de forma condizente no seu meio científico. A primeira denominação foi chamada de Linguagem Documentária e surgiu por meio do pesquisador francês Jean-Claude Gardin, da área da Documentação, reconhecendo que a atividade de representação documentária se desenvolveu

no universo da linguagem (VOGEL, 2009). Denominou-a “uma lista de termos, organizados ou não, que servem à indexação documentária” (GARDIN, 1966, p. 175 apud VOGEL, 2009, p. 82).

A linguagem natural, expressa por grupo ou comunidade, sinônimo de discurso comum (PEDROSO; CERVANTES, 2013), é construída segundo experiências e padrões comunicativos relacionados com a tradição cultural e o momento social de um determinado grupo (CINTRA et al., 2002). Esta forma de linguagem compõe-se de palavras com diversos significados que, dependendo do sistema da biblioteca, interferem na busca e na recuperação da informação. São expressões que acontecem diariamente, por meio de um diálogo feito oralmente, por escrito e até por imagens, desde que permita identificar algum membro de um determinado grupo (CERVANTES, 2009).

Na área da Ciência da Informação, em especial os temas que trabalham com a representação e a recuperação da informação, a linguagem natural tende a ser transformada em linguagem documentária, de modo que as influências linguísticas e seus significados não interfiram na recuperação da informação. Assim, para representar um conteúdo específico, a linguagem natural deve ser padronizada com termos escolhidos por especialista da área, facilitando a indexação da informação pelo profissional bibliotecário e a recuperação da informação por pesquisadores e interessados na informação.

A preocupação com a recuperação da informação fez bibliotecários considerarem padrões de normatização com o intuito de evitar ambiguidades, além da função sintática, característica da linguagem natural. Portanto, a linguagem natural faz-se insuficiente para representar as informações, devido aos fatores citados. E para o tratamento da informação especializada torna-se importante a construção de uma linguagem documentária. Esta, segundo Dobedei (2002, p. 12) “passa a ser objeto de estudo, não só dos bibliotecários, como de linguistas e outros profissionais preocupados com a representação do conteúdo informativo para fins de recuperação e disseminação da informação e análise de assunto”.

Construída por termos selecionados, na atividade de tradução, a linguagem documentária tem o importante papel de suporte aos profissionais indexadores, ao utilizar descritores precisos na indexação e auxiliar usuários na busca de informações. De acordo com Lara (2004, p. 232), a linguagem documentária “é especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação, não é construído, somente, para tratar as informações bibliográficas, mas também as informações na *web*”. É considerada uma linguagem intermediária entre o profissional indexador e o usuário da informação por meio de

um sistema de recuperação da informação (CERVANTES, 2009). Para que aconteça essa função,

[...] as linguagens documentárias devem ser construídas de tal forma que seja possível o controle do vocabulário. Tal controle é necessário para que, a cada unidade preferencial integrada numa LD, corresponda um conceito ou uma noção. Essa correspondência só é assegurada por intermédio das terminologias de especialidade (CINTRA et al., 2002, p. 40).

Na visão de Wanderley (1973 apud DODEBEI, 2002), o termo linguagem documentária possui denominações diversas, tais como vocabulário controlado, linguagem de indexação, linguagem descritora, codificações documentárias, linguagens de informação, listas de assuntos autorizados e linguagem de recuperação, porém, possuem a mesma intenção/função:

- a) Termos para indexação;
- b) Recuperação de informação;
- c) Classificação da informação;
- d) Normalização da expressão;
- e) Sistema simbólico para mediação;
- f) Meio de comunicação;
- g) Descrição da linguagem natural (VOGEL, 2009).

As diferentes denominações para linguagem documentária relacionam-se às vertentes seguidas por diferentes pesquisadores, muitos já citados anteriormente. Para Sales (2008), as linguagens documentárias são linguagens artificialmente construídas e constituídas de sistemas simbólicos que visam descrever sinteticamente conteúdos documentais, utilizadas nos sistemas documentários para indexação, armazenamento e recuperação da informação.

De acordo com Gardin et al (1968 apud CINTRA et al., 2002), a linguagem documentária possui três elementos, a saber:

- a) Um léxico: identificado como lista de elementos descritos, devidamente filtrados e depurados;
- b) Uma rede paradigmática para traduzir certas relações essenciais e geralmente estáveis entre descritores;
- c) Uma rede sintagmática destinada a expressar as relações válidas no contexto particular.

Além disso, são embasadas nos princípios da Terminologia, com o intuito de obter compatibilidades entre a linguagem do usuário e a utilizada pelo sistema. A terminologia

contribui para a elaboração da linguagem documentária, e é de real importância para o entendimento dos termos, fundamental para a presente pesquisa de mestrado.

Segundo Almeida (2011, p. 21), “as linguagens documentárias podem ser notacionais ou verbais e pré ou pós-coordenadas. As notacionais utilizam símbolos (notações) que auxiliam na organização e na localização dos documentos na estante”. As verbais, segundo a mesma autora, “visam o tratamento e a recuperação da informação pela representação do assunto” (ALMEIDA, 2011, p. 21). Na compreensão de Cervantes (2009), podem ser classificadas (hierárquicas) e alfabéticas (de indexação ou combinatória).

2.5.1 Linguagem pré e pós-coordenadas

A linguagem pré-coordenada, segundo Cervantes (2009, p. 38) “requer a coordenação dos termos no momento da representação dos conteúdos documentários”, possibilitando a combinação de conceitos únicos em uma sequência (HARPRING, 2016), limitando e modulando a pesquisa do usuário. Nessa lógica, existem, como linguagem pré-coordenada, os Sistemas de Classificação e os Cabeçalhos de Assuntos.

Diferentemente, as linguagens pós-coordenadas “são aquelas em que o usuário combina os assuntos no momento da busca de informação” (CERVANTES, 2004, p. 34). Na indexação, o profissional deve identificar e representar os conceitos separadamente, possibilitando que o usuário realize múltiplas combinações no momento da busca. Neste caso, como linguagem pós-coordenada, tem-se o tesauro, detalhado mais adiante.

2.5.2 Sistema de Classificação

Pode-se dizer que o modelo de sistema de classificação é precursor dentre outros apresentados no decorrer desta pesquisa. Segundo Sales (2008), o sistema de classificação pode conter três aspectos, segundo a característica, a finalidade e o campo do conhecimento.

Quanto à característica, a classificação pode ser: a) natural, quando provém de uma aplicação natural regida pelo objeto ou; b) artificial, quando provém de uma aplicação de característica mutável. Quanto à finalidade, uma classificação pode ser: a) filosófica, como aquelas criadas pelos filósofos com a finalidade de definir, esquematizar e hierarquizar o conhecimento, focadas na ordem das ciências e das coisas ou; b) bibliográfica, destinada a servir de base à organização de documentos de modo a serem facilmente localizados. No que diz respeito ao campo de conhecimento que abrangem, as classificações podem ser: a) gerais (enciclopédicas),

que podem ter finalidades filosóficas ou bibliográficas ou; b) especializadas, que podem ser científicas ou bibliográficas (SALES, 2008, p. 26).

O Sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), criado por Melvin Dewey em 1876, é utilizado até hoje em grandes bibliotecas para classificar suportes informacionais. Charles Ammi Cutter, em 1893, desenvolveu a *Expansive Classification*, classificação que representa o assunto por meio de letras. Importa ressaltar que a Classificação Cutter serviu de suporte para a Classificação Bibliográfica da Biblioteca do Congresso Americano (SALES, 2008).

Em 1905, surgiu a Classificação Decimal Universal (CDU), criada por Paulo Otlet e Henri La Fontaine baseada no Sistema Decimal de Dewey. Além de possuir características básicas da Classificação Decimal de Dewey (CDD), incorporou novas características introduzindo o conceito de relação, bem como recursos para apresentá-la por meio de síntese, o que permitiu a formação de notações compostas para representar conceitos novos não previstos no sistema original (MARSHALL, 2009).

Em 1906, o bibliotecário inglês James Duff Brown desenvolveu a *Subject Classification*, um sistema de classificação pautado na lógica de que todo conhecimento deriva de um dos quatro princípios fundamentais: Matéria e Força, Vida, Razão e Registro. “Em 1933, o universo da classificação do conhecimento se transforma definitivamente com a consolidação da era da Classificação Facetada, liderada pelo bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan” (SALES, 2008, p. 30).

Para Sales (2008), Ranganathan ampliou a visão existente até então relativa aos sistemas de classificação mais difundidos e pautados na relação de conhecimento geral para conhecimento específico. Nesta classificação, “os esquemas são construídos indutivamente a partir de certos conceitos fundamentais, os quais podem ser combinados de diferentes maneiras para formar um conjunto sintetizado” (MARSHALL, 2009, p. 30). Assim, os conceitos são formados por análise, arranjos em facetas e categorias. A primeira reúne termos provenientes “de um assunto em dois grandes grupos: facetas e sub-facetas. Este sistema, também chamado de analítico-sintético, deixa ao classificador a tarefa de combinar os símbolos para apresentar os assuntos compostos e complexos” (MARSHALL, 2009, p. 30).

A ideia de classificação feita por Ranganathan vem sendo utilizada para a construção de linguagens documentárias, como o tesauro. A classificação bibliográfica pode ser usada em todos os tipos de bibliotecas, pois são linguagens documentárias para fins de organização de informação em estantes (CINTRA et al., 2002, p. 45).

2.5.3 Cabeçalho de Assuntos

Os catálogos de assuntos já existiam há muito tempo, desde 1650, mas foram definidos com regras e princípios trazidos por Charles A. Cutter (1876), dada a necessidade de criação de uma linguagem universal para apresentação de assuntos em bibliotecas (MARSHALL, 2009, p. 32). A linguagem universal, como a lista de Cabeçalho de Assuntos, consiste em lista de termos autorizados, construída para evitar confusões criadas por sinônimos e outras inconsistências oriundas da linguagem natural no momento da indexação de documentos. Foram “concebidas visando instrumentalizar a indexação de assuntos de documentos, com o objetivo de padronizar as entradas de assuntos de catálogos ou índices de bibliotecas” (MARSHALL, 2009, p. 32). Nesse sentido, foi criado

[...] um sistema alfabético de assunto, que ficou conhecido como *Library of Congress Subject Headings*, ou LCSH, foi originalmente criado para ser uma ferramenta para catalogação de assuntos para uso exclusivo da própria Biblioteca do Congresso tendo como foco os seu usuários (MARSHALL, 2009, p. 33).

A Lista de Cabeçalho de Assuntos da *Library of Congress* serviu de inspiração para a implementação em outras bibliotecas em diferentes países, tais como: Bélgica, Canadá, França, México, Portugal e Brasil (MARSHALL, 2009). Para Van Der Laan (2002), a Lista de Cabeçalho de Assuntos compõe-se de palavras-chave retiradas de um vocabulário livre, organizadas em sequência por ordem de prioridade. Segundo Marshall (2009, p. 34), “essa ordem é determinada a partir da importância que os conceitos representam para os usuários”. Nesse segmento, segundo a mesma autora, por mais que seja retirado de um vocabulário livre, o Cabeçalho de Assuntos não é elaborado de forma aleatória, mas por meio de regras pré-definidas, por exemplo: o uso da palavra no singular ou no plural.

O Cabeçalho de Assuntos são listas de termos ordenados de forma alfabética e hierárquica, associativa ou combinatória de palavras ou expressões, com a finalidade de representar o conteúdo documentário (CERVANTES, 2009). “Representam uma linguagem estruturada e pré-ordenadas, oferecendo ao pesquisador possibilidades limitadas de modelar sua pesquisa” (CESARINO; PINTO, 1978, p. 276). Também pode ser construído por meio de um dicionário existente.

Consiste em “palavras ou frases uniformes, destinadas a serem atribuídas a livros, artigos ou outros documentos para descrever o assunto ou o tema dos textos e para agrupá-los com textos que contêm assuntos similares” (HARPRING, 2016, p. 43). Um Cabeçalho de

Assuntos pode também articular-se a outros cabeçalhos de forma alfabética e “representar os diferentes pontos de vista de um mesmo documento quando se trata de catálogo de assunto construído manualmente” (CERVANTES, 2009, p. 37).

Quando um assunto de um documento é mais complexo poderá existir uma lista de Cabeçalho de Assuntos com diversas subdivisões.

A subdivisão por local ou geográfica, por sua vez, é empregada sempre que o assunto tratado se limita a uma área geográfica ou política específica, ou quando este assunto possui uma conotação geográfica. A subdivisão por período, ou por tempo, é utilizada sob cabeçalhos que abordam a história de um lugar ou assunto. Já a subdivisão de forma descreve o modo como um tópico é tratado (O’NAIL, 2001, apud MARSHALL, 2009, p. 35)

A Lista de Cabeçalho de Assuntos serve também para o estabelecimento de uma rede de referências cruzadas que ajudem o leitor a encontrar o assunto específico por meio de remissivas “VER” e “VER TAMBÉM”. Para Marshall (2009, p. 35),

[...] a remissiva VER são para termos sinônimos ou que expressam a mesma ideia, com uma construção gramatical distinta daquela escolhida como entrada. Já o VER TAMBÉM, indica assuntos relacionados, ou que expressem ideias que podem ter estreita relação com a entrada acessada.

Além de existir Cabeçalho de Assuntos para indexação de livros e outros suportes informacionais em biblioteca, também existe a lista de Cabeçalho de Assuntos para periódicos, tal como a *Medical Subject Heading* (MeSH), utilizada para indexação de artigos de periódicos especializados em área médica.

Ressalta-se, que no caso desta pesquisa, foi elaborada uma linguagem documentária Cabeçalho de Assuntos para ser utilizada visando representar o conhecimento do campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

2.5.4 Tesouro

O Tesauro consiste em uma linguagem pós-coordenada, que possibilita ao usuário combinar “os termos quando realiza uma busca em um sistema de recuperação da informação e é capaz de representar de forma específica e adequadamente a informação desejada” (CERVANTES, 2004, p. 35).

Em 1852 aconteceu o primeiro registro do *Tesouro*, em Londres, no dicionário de Peter Mark Roget, intitulado “*Thesaurus of English words and phrases*” (JESUS, 2002). Tratava-se

de um dicionário de sinônimos capaz de agrupar os termos de acordo com as ideias que poderiam expressar (COELHO et al., 2004), ou seja, o usuário poderia escolher um termo semelhante, caso o escolhido por ele não correspondesse na busca da informação desejada. Para Sales (2008), a palavra *thesaurus* começou a ser empregada também como o nome para uma lista de palavras, mas com o objetivo exatamente oposto ao de Peter Mark Roget: de organizar “por ordem de significados e tinha a função de atribuir uma palavra a cada idéia já relacionada” (GOMES, 1990 apud SALES, 2008, p. 25).

Na década de 1970, começaram a empregar princípios para a elaboração de tesauros possuindo duas linhas condutoras: conceitos e usos de categorias (COELHO et al., 2004). Na mesma época foi publicado o manual de construção de tesouro da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), contendo dois aspectos: a) estrutural, pois é um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semanticamente e genericamente, cobrindo um determinado domínio; e b) funcional, pois é um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, indexadores e usuários para uma linguagem de sistema, linguagem documentária (UNESCO, 1973, p. 6 apud VIEIRA; SANTOS; LAPA, 2010).

Carlan (2010) informa que o tesouro tem uma estrutura sintética simplificada, formando cruzamento lógico e hierárquico dos descritores. Nos dizeres de Jesus (2002), o tesouro possui uma relação associativa e sua estrutura não se baseia no conceito de palavras, mas de termos conceituados e relacionados, permitindo atuação periódica.

No Brasil, o termo tesouro, empregado por Cavalcanti, tem como principal definição constituir-se em

[...] lista estruturada de termos associados, empregadas por analista de informação e indexadores, para descrever um documento com a desejada especificidade, em nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação da informação que procura (CAVALCANTI, 1978, p. 27).

Na representação e organização do conhecimento, o tesouro tem auxiliado no controle terminológico e por conta de sua estrutura, inserido nos sistemas de recuperação de informação das unidades de informação. Por conta disso, tem o objetivo de “dar assistência ao usuário (pesquisador ou indexador) de maneira que ele consiga encontrar o termo que represente um determinado significado para o que se procura” (JESUS, 2002, p. 16). Este instrumento supre a necessidade das bibliotecas especializadas.

As linguagens documentárias são linguagens de especialidade que possuem terminologia própria, que não são de conhecimento geral. Estas, por sua vez, são concebidas e

aceitas pelos membros da área de conhecimento: os produtores e os seus consumidores (SALES, 2007), e nesse sentido, necessitam de uma estrutura terminológica que viabiliza a sua comunicação. Entretanto, a Biblioteconomia/Ciência da Informação como uma ciência interdisciplinar busca apoio na área da terminologia, de modo a contribuir na melhoria da representação e recuperação da informação nas unidades de informação. Como a pesquisa é a construção de um Cabeçalho de Assuntos para uma área de especialidade, cuja estrutura é composta por termos da área, faz-se necessário discorrer sobre o campo terminológico para maior entendimento.

2.5.5 Elementos para a construção de uma linguagem documentária

Para a construção de um Cabeçalho de Assuntos ou outras linguagens documentárias, o profissional da informação depara-se com fatores de textualidade e seleção vocabular contidas no texto. A análise de assunto é uma das etapas do processo de indexação, que origina dois produtos: o resumo e o índice. Além disso, possibilita a construção de instrumentos de representação do conhecimento, nesse caso, as linguagens documentárias.

As linguagens documentárias são construídas a partir da seleção de termos identificados por meio da leitura. A qualidade da leitura depende de fatores textuais “responsáveis tanto pela organização estrutural como pela construção do(s) sentido(s) que o texto possibilita estabelecer” (SALLES et al., 2004, p. 27), dentre eles, a coesão e a coerência.

Fenômeno textual, a coesão

[...] consiste no modo como os elementos (substantivos, adjetivos, verbos, preposições, pronomes, advérbios, conjunções) presentes na estrutura superficial se encontram interligados, por meio de recursos também linguísticos, formando seqüências veiculadoras de sentidos (KOCH, 2000 apud SALLES et al., 2004, p. 28).

A coerência envolve “as relações lógicas estabelecidas entre as ideias. É o sentido ou os sentidos que o texto possibilita apreender. A coerência é, na verdade, o próprio texto, pois um texto sem coerência seria o não texto e este não existe” (SALLES et al., 2004, p. 28). Contudo, a coesão e a coerência são imprescindíveis para que um texto seja interpretável. Na coesão identificam-se os elementos que possuem relação entre si em um texto. Esses elementos são:

- a) **Relação de sinonímia:** Segundo Cintra et al. (2002, p.74), a sinonímia é uma relação de equivalência entre duas palavras, permitindo normalizar a polissemia e

compatibilizar a linguagem dos usuários com a linguagem do sistema. Pode-se considerar a sinonímia sob duas acepções (FAULSTICH, 1994, p. 42):

1. Dois termos são considerados sinônimos quando um pode substituir o outro em um determinado enunciado;
2. Dois termos são considerados sinônimos quando são intercambiáveis em todos os contextos.

b) Relação de hiponímia e hiperonímia: Permite “verificar que um termo pertence, ou subordina-se a um outro termo mais geral, o gênero, mas não permite identificar em que termos subordinados se diferenciam entre si” (CINTRA et al., 2002, p. 79). É uma relação entre o todo e sua parte, ou seja, do geral para o específico. Nessa perspectiva, a hiponímia expressa a “relação existente entre um lexema² mais específico ou subordinado, e um lexema mais geral ou superordenado, tal como é exemplificada por pares como ‘vaca’: ‘animal’, ‘rosa’: ‘flor’ etc.” (LYONS, 1977 apud CINTRA et al., 2002, p. 78).

c) Relação de polissemia: Segundo Cintra et al. (2002, p. 71), trata-se de uma palavra que comporta mais de um significado. Esse elemento, segundo a mesma autora, é “responsável pela passagem de uma significação a outra, de modo que as unidades sejam capazes de representar a informação”.

d) Relação de homonímia: Consiste, para Cintra et al. (2002, p. 71), em uma mesma forma significante, porém remete a duas realidades vocabulares diversas, ou seja, são duas palavras idênticas, mas de origens diferentes. Podem ser identidade fônica (homofonia) ou identidade gráfica (homografia). A homonímia pode gerar ambiguidade.

Na construção do Cabeçalho de Assuntos, os elementos vocabulares podem interferir na escolha das palavras. Nesse sentido, o indexador necessita maior atenção na grafia da palavra a ser escolhida e no sentido que esta representa para composição do Cabeçalho de Assuntos como termo preferido.

2.6 TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NO BRASIL

Caracterizar um domínio para aplicação de um instrumento de indexação é a primeira tarefa de um projeto e elaboração de uma linguagem documentária (REJOWSKI; KOBASHI,

² Os lexemas, as lexias e os vocábulos são entidades linguísticas estudadas pela disciplina denominada lexicologia (SALLES et al., 2004, p. 91).

2011, p. 586). Neste intento, projetar a área de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros é saber das informações publicadas por meio de pesquisadores/as negros/as e antirracistas, vinculados/as às universidades ou oriundos/as delas, associados/as aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Centros de Estudos Africanos e as associações, em especial, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)³.

Com a demanda do movimento social, em especial do movimento negro, e pelas reivindicações de políticas públicas de promoção de igualdade racial e introdução da História da África e História do Negro no Brasil nos currículos escolares, o campo dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros tem ampliado significativamente no Brasil, de modo a produzir conteúdos sobre a população afro-brasileira, diminuindo o caráter epistemicida⁴ da ciência brasileira que, desde sua emergência no século XIX, ou invisibiliza ou reconstrói de forma estereotipada os saberes tradicionais da diáspora africana nas Américas.

Neste sentido, em relação ao tema das produções científicas relacionadas aos Estudos Africanos e Afro-brasileiros, observam-se diferentes contextos históricos em relação à história e cultura africana e afro-brasileira. As primeiras publicações científicas eram voltadas, geralmente, para a observação do “outro”, que eram os africanos, vistos como objetos de estudos e não como sujeitos integrantes e atuantes na estrutura social no país (ROMÃO, 2005).

Em outro momento, as populações de origem africana foram tratadas como objeto de estudo, sem uma preocupação com vivências e sociabilidades, sendo apresentadas etimologicamente com as perspectivas europeias. Os principais autores com essas perspectivas foram: Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Florestan Fernandes, Arthur Ramos e Gilberto Freyre. Num terceiro momento, percebe-se grupos de pesquisadores negros com outras perspectivas, articuladas à trajetória dos diversos Movimentos Negros na década de 1970, tendo como foco a desconstrução de visões estereotipadas nas publicações dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Muitas dessas publicações ganharam visibilidade com a criação

³ Atualmente, a Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN), possui 123 núcleos vinculados em universidades brasileiras. Nesse sentido, as instituições de ensino superior, em especial as universidades públicas brasileiras, têm um papel fundamental, acolhendo demandas a partir da produção de conhecimento que tem sustentado as reivindicações dos afrodescendentes por justiça e igualdade. O resultado é uma considerável produção de publicações, na forma de trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos científicos.

⁴ Baseado no pensamento de Boaventura de Sousa Santos (1997), a palavra epistemicida vem do termo epistemicídio e quer dizer exclusão de outros saberes em detrimento de um considerado ideal, único ou melhor. O “epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento” (CARNEIRO, 2005, p. 96).

de Centros de Estudos, Associações Negras e Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e correlatos, vinculados às instituições de ensino superior, bem como, os eventos científicos realizados no campo. E essas publicações originaram e fortaleceram, e ainda fortalecem, o campo dos Estudos Africanos e dos Afro-Brasileiros.

Este vasto campo de conhecimento pode ser dividido em quatro tradições distintas. A mais antiga associada à própria construção das instituições de ensino superior no Brasil é denominada Relações Raciais e tem como precursores Raimundo Nina Rodrigues, Manuel Quirino e Oliveira Viana. Depois, entre aqueles que focaram na cultura, considerados intérpretes, destacam-se Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, o primeiro criador e os demais difusores do “mito da democracia racial” brasileira⁵ (GUIMARÃES, 1999).

Houve um terceiro grupo de pesquisadores, críticos à democracia racial, e ressalta-se Florestan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianny (DOMINGUES, 2011). Para dimensionar a natureza das relações entre negros e brancos no Brasil, estes pesquisadores identificaram o racismo como raiz das desigualdades raciais entre essas duas populações. Para eles, a abolição da escravidão constituiu-se numa revolução burguesa ao substituir o escravismo pela organização do trabalho do mercado livre. Vale lembrar que esses pesquisadores foram os primeiros a considerar os posicionamentos dos intelectuais negros, especialmente, na cidade de São Paulo.

Organizações vinculadas às universidades, como Centros de Estudos Africanos e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, também contribuíram para o crescimento das publicações. O primeiro Centro de Estudos Africanos foi criado no Brasil em 1959, denominado Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Depois, surgiu em 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Asiáticos, transformado em Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1971, vinculado à Universidade Cândido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro. E, em 1963, surgiu do Centro de Estudos Africanos no Brasil (CEA) vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Com o surgimento dos Centros de Estudos Africanos no Brasil, institucionaliza-se o campo de estudos afros com produções de dissertações, teses e livros sobre África. Lembrando que os Centros de Estudos Africanos foram criados a partir de pesquisadores pioneiros estudiosos de África, formados, em especial, fora do Brasil (PEREIRA, 2008, p.

⁵ A democracia racial serviu, e ainda serve, como abordagem ideológica para negar as desigualdades raciais existentes no Brasil (GUIMARÃES, 1999).

284). O primeiro a surgir foi o Centro de Estudos Africanos (CEAO) em Salvador/BA, em 1944, com um número expressivo de pesquisadores, tendo como primeiro diretor o Prof. Agostinho da Silva. As pesquisas pautaram os terreiros de Candomblé de Ketu, tornando-os referências nagocêntricas (PEREIRA, 2008, p. 284). Segundo Schlickmann (2015, p. 37),

Em razão da influência dos terreiros de candomblé, surgiram no CEAO diversas pesquisas com foco religioso nagocêntrico e também cursos de língua iorubá. A instituição foi também pioneira na intermediação da cooperação do Brasil com África, enviando pesquisadores e recebendo alunos africanos no primeiro programa deste estilo criado pelo governo federal na gestão de Jânio Quadros (1961).

Em 1965, foi fundado o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo (USP), por Fernando Augusto Albuquerque Mourão e Ruy Galvão de Andrade Coelho. Nesse período, o CEA era chamado de Centro de Estudos e Cultura Africana e, quando se tornou interdisciplinar, ampliando-se para outras áreas do conhecimento, começou a ser chamado de Centro de Estudos Africanos, devido ao oferecimento de diversos cursos que o possibilitou receber um grande fluxo de alunos africanos (SCHLICKMANN, 2015).

A atuação de base do CEA é ministrar, através dos vários departamentos da sua Faculdade, cursos sobre temas africanos, em três níveis: graduação, mestrado e doutorado. Esse programa, sobretudo no grau de doutorado, obriga os seus alunos a fazer parte da sua pesquisa na África; aí estavam incluídos um bom número de africanos (PEREIRA, 2008, p. 286).

O CEA também teve uma quantidade enorme de produções sobre a África, tendo como precursora a dissertação na “área de Sociologia de Fernando Albuquerque Mourão, em 1969, orientada por Ruy Galvão de Andrade Coelho” (SCHLICKMANN, 2015, p. 49).

Os fatores importantes que influenciaram no fortalecimento dos Estudos Africanos no Brasil foram “as transformações políticas, os novos cursos de pós-graduação e os aportes teórico-metodológicos” (SCHLICKMANN, 2015, p. 49). Nesse sentido, novas demandas, relacionadas aos temas com as abordagens do passado e do presente do continente africano, foram sendo construídas.

Questões como a história das mulheres e do gênero, dos trabalhadores rurais e urbanos, das doenças, do saber médico (tradicional e moderno), dos nacionalismos, das lutas armadas, dos conflitos do continente, das técnicas de produção, das diferentes formas de organização social, das diferentes culturas da e na África tornaram-se os novos objetos de estudos (SCHLICKMANN, 2015, p. 49).

Em 1973, foi fundado o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), situado no Rio de Janeiro na Universidade Cândido Mendes (UCAM) e criado por Cândido Mendes. Este Centro possui o papel de gestão diplomática e de cooperação técnico-educacional. Desde muito cedo, o CEAA passou a desempenhar atividades relacionadas ao continente africano, em especial países de língua portuguesa, com maior facilidade em comparação a outros Centros vinculados às instituições públicas, que passam por um rigoroso processo burocrático (PEREIRA, 2008; ZAMPARONI, 2007; SCHLICKMANN, 2015).

Na década de 1980, o CEAA desempenhou papel de consultor em caráter institucional e individual, como organismo governamental e instituições e empresas privadas (SCHLICKMANN, 2015). Com o oferecimento das disciplinas de História África I e II, no curso de pós-graduação *Latu Sensu* em História da África e dos Negros, a atuação CEAA se expandiu durante o curso, elaborado especialmente para professores do ensino básico.

CEAA os seus cursos e textos sobre África tinham um caráter introdutório, por vezes de quase simples divulgação. Eram essencialmente voltados para um tipo de conhecimento básico: colonialismo/ apartheid/descolonização/lutas de libertação com ênfase na África Austral e focada nas colônias portuguesas, além de uma indispensável introdução à História da África, anterior ao século XVI (PEREIRA, 2008, p. 288).

Em se tratando da produção do CEAA, este cresceu em torno de três assuntos complementares: pesquisa sobre relações do Brasil com a África, História do Negro no Brasil e questão racial. Esses temas deram início à produção de dissertações e teses no Brasil sobre a temática (PEREIRA, 2008). O CEAA realizou diversos seminários, dentre eles: *Seminário sobre Racismo e Apartheid na África Austral*, *Seminário Internacional Brasil-África numa perspectiva Latino-Americana e Africana no Diálogo Sul-Sul* e *Encontro Nacional Afro-Brasileiro*, que proporcionou o contato direto entre africanos, brasileiros e demais convidados latino-americanos, inserido o Centro nos estudos das relações internacionais (PEREIRA, 2008).

Com o passar dos anos, os Centros de Estudos Africanos estabeleceram relações com os movimentos sociais, em especial com o movimento negro, para que as demandas relacionadas às questões raciais e às cotas raciais adentrassem nos debates universitários. Nesse sentido, na década de 1970 houve uma reorganização do movimento negro, de modo a atender a demanda da população de origem africana no que diz respeito à sua inferiorização, produção e reprodução da discriminação no sistema de ensino. Nesse sentido,

[...] ao perceberem a inferiorização dos negros, ou melhor, a produção e a reprodução da discriminação racial contra os negros e seus descendentes no sistema de ensino brasileiro, os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira (SANTOS, 2005, p. 23).

Nos anos 1970, novas organizações antirracistas, em especial o bloco Ilê Aiyê⁶ em Salvador, o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 e o Instituto de Cultura Negra em 1976, questionaram o mito da democracia racial brasileira, tendo como representantes os pesquisadores Lélia Gonzalez e Carlos Hansebalg (CARDOSO, 2008). Estes iniciaram uma série de pesquisas que indicam a natureza estrutural da desigualdade no Brasil.

Em 1989, com a emergência da graduação e da especialização de diferentes militantes negros, cargos de professores nas instituições ensino superior começaram a ser assumidos por este grupo racial, criando o campo Estudos Africanos e da Diáspora. Para Benjamin Xavier de Paula, os pesquisadores

[...] fundamentam na concepção que intenta articular os conhecimentos e saberes das diversas “culturas e histórias” do povo africano, aos conhecimentos e saberes produzidos nas várias diásporas africanas pelo mundo, dentre as quais, a diáspora afro-brasileira. Estes pesquisadores, independente de pertencimento racial, étnico ou populacional, compreendem que a questão da unidade africana vai além das fronteiras territoriais do continente, abrange as experiências das diásporas do povo africano (PAULA, 2013, p. 14).

Assim como no campo de estudos da História da África e da Diáspora, o campo de estudos Negro e Educação foi ao encontro de pesquisadores/as negros/as e pesquisadores/as brancos/as antirracistas na área da Educação, após a inserção destes como docentes nas universidades. Criaram-se grupos de pesquisas com o intuito de debater problemas educacionais no Brasil (CUNHA JR., 1999) e uma das participações destes grupos ocorreu na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Os pesquisadores/as deste campo observaram que, no projeto das Diretrizes de Base Nacionais para a Educação Brasileira, apresentado pelo deputado federal Octávio Elísio em 1988, nenhum dos 83 artigos apresentados pela ANPED destacavam políticas étnicas para negros e indígenas (ROMÃO, 2014).

Nesse sentido, pesquisadores da área da educação pensaram numa forma de combater o racismo no ambiente escolar produzindo publicações sobre Educação para as Relações

⁶ Associação Cultural Ilê Aiyê que surgiu de um bloco carnavalesco e que tem o objetivo realizar atividades junto as “escolas públicas, capacitando professores (as) e envolvendo os alunos em projetos pedagógicos e oficinas, cuja temática racial” (GOMES, 2005, p.152)

Étnico-Raciais. No ano de 1990, mais de 40 trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado foram produzidos sobre o tema (CUNHA JR., 1999) e uma das publicações realizadas foi a série “Pensamento Negro em Educação” (GOMES, 2005, p. 151).

Em 1988, ano do centenário da Abolição da escravidão no Brasil, o deputado Federal Elísio apresentou na Câmara um projeto de lei fixando as Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação Brasileira e, dos 83 artigos apresentados por ele, nenhum tratava de políticas étnicas para negros e indígenas (ROMÃO, 2014, p. 29).

Mais tarde, depois do primeiro evento sobre pesquisadores negros, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e, conseqüentemente, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) focando nos estudos Afro-Brasileiros, também nomeados Estudos da Diáspora Africana (SCHLICKMANN, 2015).

Pode-se afirmar que, de algum modo, o marco inicial dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros no Brasil foi a década de 1890, tendo como um dos primeiros autores o antropólogo e médico legista Nina Rodrigues que, ao pesquisar os africanos e seus descendentes considerou-os um “problema” (SCHLICKMANN, 2015). A partir daí, iniciou, por meio de uma conexão com os estudos afro-brasileiros, uma metodologia própria para os estudos do continente africano (SCHLICKMANN, 2015, p. 14). Assim, as primeiras pesquisas no Brasil relacionadas ao continente africano embasavam-se nas nomenclaturas “população descendente de africanos” e “questões raciais no Brasil”. Além de Nina Rodrigues, temos, na mesma linha de pesquisa, outro autor pioneiro ao tratar da temática, que foi Gilberto Freyre.

Nina Rodrigues escreveu seu famoso livro “Africanos no Brasil” em 1906, obra publicada apenas na década de 1930. Segundo Kabengele Munanga (1996), Nina Rodrigues escreveu sua pesquisa de forma comparativa entre o negro brasileiro e o negro africano:

Nina Rodrigues consistiu em recolher as memórias dos antigos africanos ainda vivos na Bahia, entendendo que conhecer as populações negras do Brasil requeria estudar a África; e principalmente, ressaltar suas especificidades, identificando diferentes etnias e grupos, na contramão do pensamento da época, que rotulava todo esse contingente simplesmente de “negros” (SCHLICKMANN, 2015, p. 28).

Segundo Schlickmann (2015), Nina Rodrigues tinha uma visão da colonização

[...] africana como algo negativo, devido à mestiçagem, pois sinalizava perigo e atraso para o progresso e também uma ameaça à nacionalidade brasileira, que almejava uma identidade europeia. O mesmo defendia a existência de diferentes raças, sendo a negra inferior à branca; contudo, era contra o fenômeno da escravidão (SCHLICKMANN, 2015, p. 28).

De acordo com Zamparoni (2007), as publicações do século XIX tinham viés racista, concentradas nos temas da “questão negra” e no “problema negro”. Tais produções eram forjadas, geralmente, no negro e no mestiço brasileiro, desconsiderando a referência à África. Por essa perspectiva, muitos pesquisadores criticaram a abordagem, desconectada dos descendentes de africanos ao continente de origem. Desta forma, aparentemente, os afros “caíram de paraquedas” no Brasil, desvinculados e desprovidos de qualquer história anterior, o que se trata de grande equívoco (ZAMPARONI, 2007).

Nas décadas de 1940 e 1950 perdeu-se um pouco o foco nos estudos africanos, direcionando-se para os estudos negros no Brasil, principalmente nos temas relacionados à escravidão e aos estudos etnográficos conectados às práticas religiosas afro-brasileiras. As produções de destaque surgiram na “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), integrada pelos discípulos de Roger Bastide; Florestan Fernandes, Otávio Fernando Henrique Cardoso e outros” (SCHLICKMANN, 2015, p. 34).

Nesse período, Cardoso (2012) destaca que os autores citados por Mariana Schlickmann revelaram ao público letrado um país racista e limitador do desenvolvimento sociocultural das populações negras. Porém, na conjuntura dos seus trabalhos, deixaram a desejar no modo de abordagem relacionado às vivências dos sujeitos na história.

A forma como procuravam elucidar a “questão do negro”, através de uma leitura linear e evolutiva da dinâmica das estruturas sócio-econômicas entre o final do século XX, levou-os a constatar a marginalização dos negros, sem considerar os modos como os seus diferentes agrupamentos vivenciaram o período. Ao realizar uma reconstituição histórica, tomando como “verdade” os registros produzidos pela elite branca, esses autores não atentaram para os aspectos valorativos presentes naquelas falas. Essa abordagem dificultou a visualização dos negros enquanto agentes sociais, com os agrupamentos presentes nas cidades e exercendo interferência nas maneiras como os habitantes ocupavam os espaços urbanos e construíam suas identidades (CARDOSO, 2012, p. 20).

Faz-se necessário apontar a produção de Carlos Hasenbalhg, Lélia Gonzáles, entre outros, que trouxeram uma nova abordagem para a temática das relações raciais no Brasil. O movimento negro contribuiu para o fortalecimento do campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Na segunda Abolição, após 1888, a população de origem africana foi relegada às margens,

[...] os negros perceberam rapidamente que tinham que criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e/ou obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos ou miseráveis (SANTOS, 2005, p. 21).

Nesse sentido, uma das técnicas de sobrevivência e ascensão social foi a educação, mesmo a escola sendo um fator de desigualdade social, conforme relatado por Bourdieu (1998) e ressaltado por Sales (2008). Com a inserção dos afrodescendentes nos espaços de educação, surgiu um grupo minoritário de letrados entre 1900 e 1920, os quais dirigiram sociedades recreativas e jornais negros⁷. Este grupo minoritário era “formado por trabalhadores portadores de um apurado senso de dignidade e do desejo de construir, consolidar autônomos espaços recreativos e culturais, contribuiu na promoção de uma reformulação das atitudes públicas e privadas das populações de origem africana” (CARDOSO, 2012, p. 19). Junto a outros setores ocorreu um aumento de registros e da produção de artigos, elaboração de conferências e necrológicos, alcançando *status* espacial que os tornava iguais entre si, “companheiros na luta contra apatia⁸” (CARDOSO, 2012).

Um dos movimentos negros articulados a jornais na época, sobre a questão do negro, foi a Frente Negra Brasileira (FNB), e depois o Teatro Experimental do Negro (TEN). Segundo Romão (2005), essas duas vertentes tornaram-se referência para o movimento negro, em especial no campo da educação e das relações raciais no Brasil. O TEN, fundado em 13 de outubro de 1944, exerceu um papel importante na Educação, cuja proposta teve, como precursor, o intelectual, político e ativista de Direitos Humanos, Abdias do Nascimento. Segundo Romão (2005, p. 119),

A educação no Teatro Experimental do Negro não encontra relação simplesmente com a escolarização. A educação do Teatro Negro incorporou ao projeto: a perspectiva emancipatória do negro no seu percurso político e consciente de inserção no mercado de trabalho (na medida em que pretendia formar profissionais no artístico do teatro); na dimensão da educação educativa e política e, na dimensão política, uma vez que o sentido de ser negro foi colocado na perspectiva da negação da suposta inferioridade natural dos negros (ou da superioridade do brasileiro).

Segundo a autora, o TEN atendeu aproximadamente 600 pessoas negras em cursos de alfabetização de adultos, possibilitando a derrubada da invisibilidade e dos discursos de naturalização das diferenças e desigualdades raciais. Teve como principal fonte de informação o jornal *Quilombo*, periódico com o objetivo de valorizar o negro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico na divulgação dos seus artigos (ROMÃO, 2005).

⁷ Eram jornais publicados por negros e elaborados para tratar de questões como trabalho, habitação, educação e saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para pensar soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira (DOMINGUES, 2007, p. 104-105).

⁸ Ver: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **A luta contra a apatia**: estudos sobre antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2012.

Abdias foi uma das influências para os militantes negros na década de 1970 nos meios acadêmicos, possibilitando um novo viés em relação à história dos afrodescendentes, ou seja, destacando a importância de escrever a própria história e a história do seu povo (JESUS, 2015), sob um novo olhar, o olhar de quem faz parte da sua própria história. Abdias do Nascimento, bem como outros militantes perceberam que no sistema de ensino havia a inferiorização da população negra e a invisibilização desta na história e no desenvolvimento do Brasil, tanto nos livros didáticos quanto nos literários. Nessa perspectiva,

[...] os movimentos sociais negros (bem como os intelectuais negros militantes) passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira (SALES, 2005, p. 23).

Assim, o movimento negro criou uma agenda de reivindicações, no intuito de contemplar as seguintes áreas: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra e política internacional, sendo que na educação as reivindicações eram: a) contra a discriminação racial e a veiculação de ideias racistas nas escolas; b) por melhores condições de acesso ao ensino à comunidade negra; c) reformulação dos currículos escolares, visando à valorização do papel do negro na História do Brasil e a introdução de matérias como História da África e línguas africanas e; d) pela participação dos negros na elaboração dos currículos em todos os níveis e órgãos escolares (HASENBALG, 1987 apud SANTOS, 2005, p. 24).

Uma das principais reivindicações do movimento negro ocorreu na década de 1990, quando foram examinados os livros didáticos e eliminados aqueles com imagens em que os “negros apareciam de forma estereotipada, ou seja, eram representados como subservientes, racialmente inferiores, entre outras características negativas” (SANTOS, 2005, p. 25). Em 2003,

[...] o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas anti-racistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil (SANTOS, 2005, p. 32),

sancionou a Lei Federal nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passando a prevalecer os seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003).

Porém, a legislação ficou genérica/superficial em relação à formação de professores sobre o ensino de história e cultura africana e, neste sentido, Santos (2005, p. 33) relata algumas falhas em relação à normativa:

- a) Não possui metas para a implementação da Lei;
- b) Não dispõe de qualificação para professores do ensino fundamental e médio para ministrarem as disciplinas referentes à Lei nº 10.639/03;
- c) Não possui reformulação nos programas de ensino e/ ou curso de graduação, especialmente os de licenciatura, para formarem professores aptos a ministrarem ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Com as mobilizações em torno da implementação da Lei Federal 10.639/03 e das *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004) houve um aumento de disciplinas voltadas para a História da África no ensino superior, de caráter obrigatório e outras optativas nos currículos da formação inicial de professores, que proporcionaram uma ampliação do número de publicações sobre o assunto nas editoras (OLIVA, 2003 apud SILVA, 2013).

Nas Diretrizes há pontos sobre a formação de professores no que tange à temática africana e afro-brasileira, e para que estes tenham conhecimento para discutir tais perspectivas com os alunos da rede pública e privada de ensino. Estes dispositivos legais “não apenas incluíram e apontaram caminhos para a inserção das temáticas de história e cultura afro-brasileira e africana, mas também impulsionaram um crescimento no que diz respeito à formação, publicação e estudos na temática” (SILVA, 2013, p. 47).

Nesse sentido, segundo Silva (2013), a universidade pública, que primeiro inseriu na grade curricular a disciplina de História da África foi a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 1996, com a colaboração do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE), depois com a criação do NEAB-UDESC em 2003 e o *Grupo de Pesquisa Multiculturalismo: História, Educação e Populações de Origem Africana* em 2005, alterado para *Grupo de*

Pesquisa Multiculturalismo: Estudos Indígenas, Africanos e da Diáspora em 2013, transformado em *Grupo de Pesquisa Multiculturalismo: Estudos Africanos e da Diáspora* em 2015. Depreende-se que a disciplina História da África foi incluída antes da sanção da Lei Federal 10.639/03, sendo que, por meio do grupo de pesquisa, formado por integrantes preocupados com a demanda dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, se percebeu a falta de formação dos futuros docentes na educação básica que saíam das cadeiras universitárias sem conteúdos e metodologias para o ensino das Áfricas e da Diáspora.

Depois das normativas (Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08), sancionadas pelo presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, muitas universidades incluíram nos currículos o ensino de História e Cultura Africana tornando o campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros um campo interdisciplinar, integrando, principalmente, as áreas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Educação.

Em Santa Catarina, as pesquisadoras Ana Júlia Pacheco (2014) e Mariana Heck Silva (2013) escreveram, em trabalhos de conclusão de curso, a respeito das disciplinas de História da África nas Universidades, explícitas nos quadros 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, que auxiliaram a pesquisadora a articular a construção do Cabeçalho de Assuntos.

Quadro 2 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UDESC.

Instituição: UDESC	
Curso: História	
Disciplina	Assunto
História da África I	As civilizações africanas entre os séculos XVI e XIX
	O impacto da colonização europeia e a escravidão moderna
	A presença das culturas islâmicas
	A partilha do continente africano
História da África II	A formação dos Estados no século XX
	O movimento de afirmação da negritude
	Pan-africanismo e Unidade Africana
	O renascimento do Islã
	As culturas africanas da diáspora

Fonte: SILVA, 2013.

Quadro 3 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UFFS.

Instituição: UFFS	
Curso: História	
Disciplina	Assunto
História da África	Estruturas sócio-políticas e culturais da África do século XVI ao XXI
	Processos de constituição dos sistemas coloniais e de descolonização
	Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de prática de ensino
	Estudar os processos históricos do continente africano, com ênfase nas relações internacionais estabelecidas a partir do século XVI, contemplando propostas de ensino e de pesquisa

Fonte: SILVA, 2013.

Quadro 4 - Instituições que possuem disciplinas de História da África - UFSC.

Instituição: UFSC	
Curso: História	
Disciplina	Assunto
História da África	As estruturas sócio-políticas da África
	Os processos de constituição dos sistemas coloniais e de descolonização
	África negra
	Os Estados e os impérios africanos
	A colonização europeia e a partilha da África
	Mundo atlântico
	Historiografia acerca da escravidão
	As Costas Atlântica e Índica e a África austral

Fonte: SILVA, 2013.

Nas universidades comunitárias analisadas por Ana Júlia Pacheco, os seguintes assuntos compõem a proposta das disciplinas de História da África do curso de História:

Quadro 5 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UNIVILLE.

Instituição: UNIVILLE	
Curso: História	
Disciplina	Assunto
História da Ásia e África Contemporânea	A Revolução Industrial e suas repercussões na Ásia e na África
	A Expansão Imperialista
	A Partilha da África e sua Descolonização
	As interações da história Contemporânea Europeia com a do Brasil, Américas, Ásia e África
	Práticas Educativas na Ásia e África

Fonte: PACHECO, 2014.

Quadro 6 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – FURB.

Instituição: FURB	
Curso: História	
Disciplina	Assunto
História da Ásia e África Contemporânea	A Revolução Industrial e suas repercussões na Ásia e na África
	A Expansão Imperialista
	A Partilha da África e sua Descolonização
	As interações da história Contemporânea Europeia com a do Brasil, Américas, Ásia e África
	Práticas Educativas na Ásia e África

Fonte: PACHECO, 2014.

Quadro 7 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UNIVALI.

Instituição: UNIVALI	
Curso: História	
Disciplina	Assunto
Antropologia das Sociedades Indígenas e Afrodescendentes no Brasil	Etnocentrismo e relativismo
	Identidade, diferença e diversidade sócio cultural
	Ideias de raça e relações interétnicas
	Racismos
	Afrodescendentes no Brasil
	Cidadania e políticas de ação afirmativa

Fonte: PACHECO, 2014.

Quadro 8 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UNESC.

Instituição: UNESC	
Curso: História	
Disciplina	Assunto
História da África	A formação dos povos africanos
	Diversidade étnica dos povos africanos
	As civilizações africanas entre os séculos XVI e XIX
	O impacto da colonização européia e a escravidão
	A presença das culturas islâmicas
	A partilha do continente africano
	As culturas africanas da atualidade

Fonte: PACHECO, 2014.

Quadro 9 - Instituições que possuem disciplinas de História da África – UNOESC.

Instituição: UNOESC	
Curso: História	
Disciplina	Assunto
Antropologia da Educação	Relações sociais e formação da identidade humana
	Alteridade: etnia, gênero, identidade, cultura, diversidade, sistemas de parentesco
Introdução à História da África	A figura do negro na cultura historiográfica brasileira
	As relações étnico-raciais na construção da identidade nacional
	A legislação brasileira e a inserção da história da cultura afro-brasileira nos currículos escolares da educação básica no campo da arte

Fonte: PACHECO, 2014.

Os Eventos e as associações também foram importantes no fortalecimento do campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, divulgando as produções realizadas pelos pesquisadores.

Tendo em vista a mobilização do movimento negro, a Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, realizou o Primeiro Encontro de Pesquisadores Negros, em 1989. O evento teve como foco a situação da população negra no Brasil, reunindo diversos pesquisadores e pós-graduandos negros de diferentes instituições brasileiras (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 2012).

Em 1995, a Marcha Zumbi, foi realizada no dia 20 de novembro em Brasília, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Na marcha, o movimento negro reivindicou políticas públicas que operassem na construção da igualdade perante a lei e na superação das desigualdades, identificadas na vida cotidiana da sociedade (GOMES, 2011). Dessa discussão, surgiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)⁹, em 1996, no Governo Federal, com a função de elaborar, propor e acompanhar políticas de valorização da população negra (BRASIL, 2006). A partir de então, os acadêmicos negros das instituições do

⁹ Constituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, além de outras providências (BRASIL, 2006).

ensino superior começaram a acompanhar as mobilizações do movimento negro, bem como as mudanças significativas decorrentes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 2012).

Em 2000, a realização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, em Recife, contou com 320 pesquisadores negros e simpatizantes da temática. “A grande concentração de pesquisadores deu-se nas seguintes áreas de conhecimento: educação, saúde, história, sociologia e antropologia” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 2012, s/p). Tal congresso foi relevante devido à qualidade das produções apresentadas. Em 2002, o II Congresso de Pesquisadores Negros, realizado em São Carlos no estado de São Paulo, criou-se, por unanimidade, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Esta associação foi fundada

Com o objetivo principal de congregar e fortalecer laços entre pesquisadores que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra e, principalmente, estejam interessados em seu equacionamento não apenas teórico (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS, 2012, s/p).

Desde então, a cada dois anos é realizado o Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), tendo cada vez mais inscritos, tanto nacional quanto internacionalmente. Em 2010, o evento chegou a seu recorde com 2000 participantes, período de criação também da revista, chamada Revista ABPN, consolidando outro canal de divulgação das publicações dos pesquisadores negros com temas que versam sobre: relações raciais, Lei Federal nº 10.639/03, ações afirmativas, movimentos sociais, África e diásporas, saúde da população negra, comunidades tradicionais, filosofia africana, geografia africana, arte e literatura afro-brasileira e africana, cultura, memória e história das populações negras, educação, gênero e diversidade dentre outros temas relativos às populações negras no Brasil e no mundo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 2012).

A ABPN congrega os NEABs de todo Brasil e um desses, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC), foco de estudo nesta pesquisa. A próxima seção aborda as fontes informacionais do NEAB-UDESC.

2.6.1 Dos documentos às histórias orais: a construção das fontes informacionais no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC)

Otlet, em 1903, afirmava que a construção do conhecimento parte da interação, interpretação e compreensão da informação por meio de suporte físico, chamado documento

(ORTEGA, 2009). Essa construção parte de incertezas e angústias que geram a necessidade de um conhecimento sobre um determinado assunto. Não foi diferente com a construção do conhecimento no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC). As produções sobre a temática africana e afro-brasileira surgiram ainda na época do NAPE e ampliaram-se significativamente ao longo dos últimos 15 anos, por meio de um grupo de pesquisa chamado “GT Multiculturalismo”, algumas vezes alterado em termos de denominação, mas sempre preocupado em produzir e difundir conhecimento sobre a presença de origem africana em Santa Catarina, coordenado pelo Prof. Dr. Paulino Francisco Cardoso, docente do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A intenção do grupo era desmistificar a ausência de africanos e seus descendentes no território catarinense, conhecido como um “pedacinho da Europa”¹⁰ no sul do Brasil.

Em Santa Catarina, estado imaginado como um pedacinho da Europa no Brasil meridional, a presença africana é quase sempre vista como não existente. Na historiografia, até pouco tempo, os africanos reduzidos à condição de escravos são representados como pouco significativos para a formação sócio-histórica desta sociedade (SIMÃO, 2008, p. 18).

Nessa perspectiva, a contribuição do Grupo de Pesquisa Multiculturalismo permitiu “desvendar aspectos importantes das práticas culturais e associativas das populações de origem africana, contribuindo para dar visibilidade às experiências históricas de africanos e afrodescendentes” (SIMÃO, 2008, p. 18).

A maior contribuição do GT Multiculturalismo foi “documentar as experiências das Populações de Origem Africana nos séculos XIX e XX, eliminando o mito da ausência de documentos, por meio da qual se invisibilizava a presença africana em Santa Catarina” (CARDOSO; LIMA; PACHECO, 2014, p. 31). Assim, pesquisadores, integrantes do grupo de pesquisa GT Multiculturalismo, garimparam em Arquivos Municipais e Estaduais, Cúrias Metropolitanas, Cartórios e na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, documentos e registros de descendentes de africanos que pudessem ser interligados como peças de um quebra-cabeça, trazendo à tona histórias e sociabilidades daqueles que, por muito tempo, foram invisibilizados e apagados da história do Brasil. Isso significa que, os pesquisadores do referido grupo de estudos, produziram “um esforço quase

¹⁰ Negação das populações de origem africana no estado de Santa Catarina por meio da mídia (EVARISTO, 2013).

que arqueológico para retirar os nossos mortos da invisibilidade histórica” (CARDOSO, 2012, p. 29).

Das fontes utilizadas para a construção de narrativas até então silenciadas, destacam-se bibliografias, registros em jornais, memórias de narrativas das populações de origem africana, sejam em espaços recreativos, religiosos e demais locais de laços comunitários. Segundo Cardoso e Rascke (2016, p. 100), os “documentos são analisados em sua forma, construção de narrativas e objetivos, percebendo que sua produção possui intenções, mas ao mesmo tempo permite aprendermos traços de uma época”. Muitos desses trabalhos científicos transformaram-se em TCC, dissertações e teses no meio acadêmico, tornando-se as principais fontes de informação e de referência sobre as populações de origem africana na antiga Desterro, hoje Florianópolis, servindo de suporte para outros pesquisadores na construção de conhecimentos relativos à temática.

Em paralelo às pesquisas, o GT Multiculturalismo participou da construção de disciplinas, tanto na História, com a disciplina História da África I (conteúdo obrigatório da grade curricular) da UDESC, quanto na Pedagogia na modalidade EaD, com a disciplina Antropologia e Multiculturalismo, à distância, além da disciplina Educação das Relações Étnico-raciais na Pedagogia presencial e na Geografia, também na referida universidade (CARDOSO; LIMA; PACHECO; 2014). A produção de conhecimento sobre a temática africana e afro-brasileira aumentou de maneira significativa com o surgimento de projetos de pesquisa, ensino e extensão, vinculados ao Centro de Ciências Humana e da Educação (FAED) da UDESC. Isso possibilitou o surgimento, no ano 2000, do Programa Memorial Antonieta de Barros, hoje um programa de extensão de maior abrangência estadual, nacional, interinstitucional, intercentros do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC).

O Memorial Antonieta de Barros consiste em um centro de referência com a finalidade de gerenciar informações em torno da temática africana e afro-brasileira e, nesse sentido,

[...] procura localizar, catalogar, registrar, recuperar e disseminar informações sobre a história e memória dos afrodescendentes em Santa Catarina, através de fontes primárias e secundárias, com o intuito de facilitar o acesso aos interessados (e também despertar interesse) sobre a temática para incrementar as suas atividades científicas estimulando assim a produção do conhecimento (SILVA; LUCAS, 2006, p. 83).

Em 2003, propondo agregar atividades de pesquisa, ensino e extensão, surgiu o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC), que, segundo Silva e Lucas (2006, p. 85),

[...] foi pensado para potencializar os diferentes apoios conquistados e ampliar, coordenar e consolidar várias atividades de disseminação e produção de informações, dando visibilidade à presença dos fatos que giram em torno da história e da memória das populações afrodescendentes em Santa Catarina e possibilitando o acesso às informações da sua verdadeira importância na história brasileira que favorece o fortalecimento de tais identidades.

Dessa forma, o NEAB-UDESC é um núcleo ativo que coleta e produz informação, sendo visto como uma Unidade de Informação com programas (extensão e pesquisa) e seus respectivos projetos:

a) Memorial Antonieta de Barros:

1. Biblioteca de Referência NEAB-UDESC;
2. Espaço de Referência Ações Afirmativas (ERAA), transformado em Observatório de Políticas de Ações Afirmativas (OPAAS) em 2016;
3. Observatório de Educação das Relações Étnico-Raciais;
4. Observatório da Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina.

b) GT Multiculturalismo: Estudos Africanos e da Diáspora:

1. O ensino de História de África em Santa Catarina: questões e perspectivas.

Ao longo dos anos, outros programas e projetos fizeram parte do NEAB-UDESC, tais como: Programa Diversidade Étnica na Educação; Projeto Suporte às Políticas Públicas de Implementação da Lei Federal nº 10.639/03; Projeto Centro de Memória e História das Populações de Origem Africana (hoje faz parte de uma das ações do Projeto Biblioteca de Referência); Projeto Biblioteca Escolar Guarani; Kizomba; Seminário Educação, Relações Raciais e Multiculturalismo – SEREM; Curso de Extensão sobre História da África; Curso de História da África e das Populações de Origem Africana na Diáspora; Curso de História dos Índios no Brasil; Diversidade Étnica e formação de professores, dentre outros. Os projetos de pesquisa, ao longo destes 13 anos de NEAB, foram: Samba e Escola de Samba em Florianópolis: um estudo sobre cultura e experiência de populações de origem africana; Irmandades e Confrarias de africanos e afrodescendentes; Homens e Mulheres de Cor e de Qualidade; A arte missionária na América e na Índia nos séculos XVI-XVIII.

Os projetos abordados do NEAB/UDESC possibilitam visualizar os assuntos que os pesquisadores do Núcleo utilizam para abordar suas pesquisas. Nesse sentido, serve como parâmetro para selecionar termos para a construção de um vocabulário controlado,

instrumento facilitador da indexação dos materiais da Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC.

2.6.2 Biblioteca de Referência NEAB-UDESC

A Biblioteca de Referência do NEAB-UDESC surgiu devido à necessidade dos pesquisadores em buscar fontes informacionais sobre a História e cultura africana e afro-brasileira, dificilmente encontrada nas Bibliotecas Públicas e Universitárias. Essa percepção encontra-se no trabalho de Conclusão de curso de Maristela Simão realizado no ano de 2006, em que a autora ressalta a ausência de materiais sobre a temática. Dessa forma, destaca que:

Ao tentar construir a história da população de origem africana em Santa Catarina através de uma revisão de bibliografia elaborada no/sobre o nosso estado, nos deparamos com muitos vazios. A invisibilidade deste contingente, por muitos autores, vinculada à uma pequena participação dessa população no cenário social e econômico, contribuíram para uma visão, desestimular a produção de inúmeros estudos que trouxessem a luz interpretações baseadas em documentação arquivística e outros suporte de memória (SIMÃO, 2006, p. 33).

Contudo, de forma a sanar as necessidades de informação no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, em especial, em Santa Catarina, o projeto Biblioteca saiu do papel tendo como precursores o professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso e a bolsista, na época, Andréia Sousa da Silva, atualmente mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC).

O projeto Biblioteca nasceu com a denominação de Biblioteca de Referência sobre Diversidade Cultural, vinculada ao Programa de Extensão Memorial Antonieta de Barros, com o

[...] intuito de buscar meios para disseminar informações que viabilizem o acesso dos pesquisadores, acadêmicos, dentre outros interessados em aspecto culturais, sócio- econômicos, educacionais dos afrodescendentes em Santa Catarina (MATTOS, 2008, p. 242).

Segundo Silva (2006), a existência da biblioteca consolida e facilita o acesso dos pesquisadores, diante da dificuldade de encontrar fontes de informação que auxiliem no processo de aprendizagem e construção de conhecimentos relacionados à África, diáspora e relações raciais. Nesse sentido, no campo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, o acervo da Biblioteca constitui-se nos seguintes assuntos:

[...] ações afirmativas, multiculturalismo, história da África, diversidade sexual, religiosidade africana e afro-brasileira, educação para as relações étnico-raciais, políticas públicas de promoção de igualdade, direitos humanos, indígenas, entre outros temas (CARDOSO; SILVA; LIMA; COSTA, 2015, p. 39).

A composição do acervo envolve obras adquiridas por meio de recursos de projetos de extensão e pesquisa do Núcleo, além de doação de pessoas da comunidade, seguindo uma política de desenvolvimento de coleção elaborada por Miriam Mattos (CARDOSO; LIMA, 2012), que atuou como bolsista da Biblioteca em 2008. A Política de Desenvolvimento de Coleção,

[...] é um instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções, constituindo-se num documento formal elaborado pela equipe responsável pelas atividades que apóiam o processo de desenvolvimento de coleções como um todo (WEITZEL, 2006, p. 18).

Contudo, a seleção de obras para o acervo da biblioteca tem como base, principalmente, a linha dos grupos de pesquisa do Núcleo e os planos de ensino da disciplina de História da África I e II (Graduação em História) e da disciplina do Multiculturalismo, Quotidiano e História (Pós-Graduação em História) (CARDOSO; LIMA, 2012), além das mais recentes disciplinas de Educação das Relações Étnico-raciais na Pedagogia e Geografia. A decisão final para aquisição ou não de uma obra é estabelecida pela comissão da Política de Desenvolvimento de Coleção, composta por:

[...] representantes dos interagentes da Biblioteca, professores dos cursos de graduação em História e Pedagogia e Pós-Graduação em História da UDESC especializados nas temáticas africana e afro-brasileira, indígena e diáspora africana, a bibliotecária e coordenadora da Biblioteca Central da UDESC e a equipe da Biblioteca de Referência, composta por uma bibliotecária voluntária e duas bolsistas dos cursos de Biblioteconomia da UDESC (CARDOSO et al., 2015, p. 456).

O sistema de empréstimo funciona por meio do *Personal Home Library* – PHL 8.2, uma base de dados integrada à *web*, que tem o objetivo “administrar coleções e serviços de bibliotecas e centros de informações” (OLIVEIRA, 2009, p. 8). Foi desenvolvido de modo a facilitar o processo de “classificação, catalogação, tombamento, indexação das obras do acervo e cadastramento de usuários” (CARDOSO; GARCÊS; LIMA, 2014, p. 107) de uma unidade de informação, com o menor custo financeiro possível.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O método científico consiste no procedimento, ou seja, o caminho a ser traçado para alcançar o objetivo da pesquisa. Nesse sentido, constitui-se em um instrumento básico que ordena, inicialmente, os procedimentos do cientista ao longo do caminho, até atingir o objetivo científico preestabelecido (FERRARI, 1974 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 24).

A presente pesquisa é de natureza aplicada, pois tem o propósito de “gerar conhecimento para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35). Para Barros e Lehfeld (2000, p. 78), a pesquisa aplicada tem como motivação a produção de “conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de ‘contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade’”.

Appolinário (2004, p. 152) salienta que pesquisas aplicadas procuram “resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas”. No caso específico, a partir de teoria preexistente, criou-se um Cabeçalho de Assuntos sobre Estudos Africanos e Afro-Brasileiros dirigido ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC, cuja aplicação pode ser estendida ao demais NEABs do país, por meio da Associação Brasileira dos Pesquisadores/as Negros/as.

O estudo assume, ainda, forma de pesquisa bibliográfica, uma vez que foi elaborado a partir de material publicado, no caso, revistas científicas e seus respectivos artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, muitas delas transformadas em livros publicados pelo NEAB-UDESC em suas Coleções África-Brasil e Estudos Africanos e da Diáspora, entre 2008 e 2016.

Com relação ao problema, a pesquisa teve uma abordagem quantitativa e qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, não reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em termos da pesquisa quantitativa, Fonseca (2002, p. 20) informa:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um

retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Esta pesquisa é considerada quantitativa, pois foram utilizadas técnicas de extração de termos e seus conceitos para verificação da frequência de ocorrência.

3.2 CORPUS DA PESQUISA

O material bibliográfico, objeto de análise do presente estudo, compõe-se de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses digitais do acervo da Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC, de 2005 até 2015, bem como de artigos da Revista ABPN sobre os Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, de 2010 a 2015. Somam, ao todo, 219 artigos, 54 trabalhos de conclusão de curso, 66 dissertações e 17 teses, totalizando 356 obras bibliográficas em formato digital.

O Cabeçalho de Assuntos foi estruturado com base no conhecimento da pesquisadora, enquanto associada ao NEAB-UDESC e à ABPN. Desta forma, para nortear a escolha da terminologia mais adequada para a área, além do *background* da pesquisadora, utilizou-se os instrumentos normativos do Ministério da Educação (BRASIL, 2004), tais como: a) *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana*; b) *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DO CABEÇALHO DE ASSUNTOS

3.3.1 Normalização

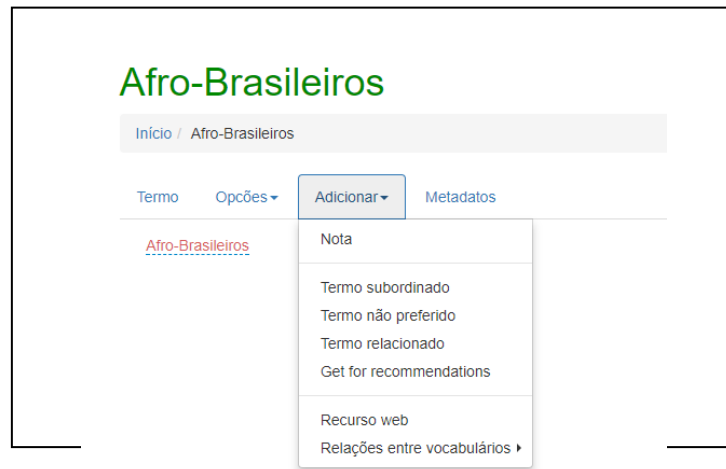
Kobashi (2008) destaca a importância de saber os fatores determinantes para a elaboração de uma linguagem documentária. Assim, segundo a autora, dimensionar porque e para quem são questões primordiais para traçar diretrizes na escolha do termo. Deste modo, as diretrizes traçadas foram:

1. Foram adotados os assuntos abordados nas pesquisas vinculadas ao NEAB-UDESC;
2. Optou-se pelo termo mais específico para representar o assunto, evitando termos genéricos e dúbios;
3. Os termos que compõem o Cabeçalho de Assuntos são simples e/ou compostos, sendo simples os que possuem uma única palavra e compostos os que associam mais de uma palavra;
4. Ordenou-se o Cabeçalho de Assuntos em ordem alfabética, sendo os termos incluídos denominados como:

Termo candidato: Termos selecionados pela pesquisadora a partir da listagem gerada pelo *software* Extrator de palavras;

Termo preferido: É o termo candidato após ter sido aceito pela pesquisadora, no TemaTres, também chamado de descritor. No TemaTres os termos preferidos podem ser: a) subordinados a outros termos; b) não preferidos; c) relacionados; d) recomendados, conforme a figura 2.

Figura 2 -Determinação do termo.



Fonte: TemaTres (2016).

Aos termos podem-se incluir notas, distribuídas de acordo com os sentidos: a) de escopo; b) do catalogador; c) histórica; d) bibliográfica; e) privada.

Figura 3 - Tipo de notas



Fonte: TemaTres (2016).

5. Nas questões gramaticais utilizaram-se termos no singular e plural;
6. Na área de notas foram incluídas as definições dos termos preferidos, como nota de escopo.

3.3.2 Extrator de Palavras

O Extrator de Palavras é um *software* de conversão e extração, criado especialmente pelo professor doutor Divino Ignácio Ribeiro Filho¹¹, para esta pesquisa. Esta ferramenta permite converter documentos em PDF para TXT; transformar textos em listas de palavras (*tokens*); remover as palavras não significativas (*stop word* - artigos, conjunções, preposições...); reduzir as palavras ao radical (lematização); agrupar as palavras de acordo com o radical (*clustering*); calcular as frequências das palavras, bem como elaborar lista de palavras por frequência.

3.3.3 O Access

Trata-se de um Sistema de gerenciamento de banco de dados da Microsoft, incluído no pacote do *Microsoft Office Profissional*, que combina o *Microsoft Jet Database Engine* com uma interface gráfica do utilizador (*graphical user interface*). Permite o desenvolvimento rápido de aplicações que abrangem tanto a modelagem e a estrutura de dados como também a interface a ser utilizada pelos usuários. O Access faz aplicações simples, sem a necessidade de utilizar ferramentas desconhecidas (MICROSOFT, 2016).

3.3.4 O TemaTres

Utilizou-se também um *software* livre para disponibilização da linguagem documentária. Por *software* livre entende-se um *software* que pode sofrer alterações para atender as necessidades dos usuários. Nesse sentido, Morigi e Santi (2007, p. 2) referem-se:

[...] à liberdade conferida aos usuários para execução dos programas em qualquer propósito, para estudo do funcionamento e adaptação às necessidades específicas, para redistribuição de cópias a fim de estabelecer uma rede de relações solidária entre os cidadãos e para aperfeiçoamento do programa a partir de seu código-fonte.

¹¹ Professor do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação da FAED-UDESC. Co-orientador da presente pesquisa. Tecnólogo em Processamento de Dados pela Universidade de Marília (1996). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). E-mail: divinoirj@gmail.com.

O *software* escolhido no presente estudo para a inserção da linguagem documentária foi o TemaTres¹², uma ferramenta inserida na *Web* para a gestão de representações formais de conhecimento como: tesouros, taxonomias e vocabulários multilíngues para aplicação e gestão de representações formais do conhecimento (TEMATRES, 2016, tradução nossa), sendo utilizado por bibliotecários, mas também por usuários comuns. Murakami (2013) afirma que o *software* possui *webservices*, permitindo integrar nossos vocabulários a qualquer aplicação existente, com características que servem de pré-requisito para construção de uma linguagem documentária, da mais simples até a mais complexa, como o tesouro, em conformidade com a Norma ISO 25964/2011.

A pesquisa envolveu uma série de procedimentos metodológicos e uso de ferramentas tecnológicas, conforme segue:

- Identificação, localização e obtenção do material bibliográfico pertinente ao tema em estudo;
- Armazenamento:
Materiais eletrônicos => armazenados no computador e na nuvem, por assunto;
- Elaboração de um software de conversão e extração, doravante chamado de Extrator de Palavras, para preparação dos termos candidatos, responsável por:
 - ✓ Conversão dos documentos em PDF para TXT;
 - ✓ Transformação dos textos em listas de palavras (*tokens*);
 - ✓ Remoção das palavras não significativas, os chamados *stop word* (artigos, conjunções, preposições...);
 - ✓ Redução das palavras ao radical (lematização);
 - ✓ Agrupamento das palavras de acordo com o radical (*clustering*);
 - ✓ Cálculo da frequência das palavras.

O produto do processo, elaborado pelo Extrator de Palavras, foi uma lista de palavras ordenadas pela frequência, em ordem decrescente. A lista de palavras, criada originalmente em formato de texto, foi convertida para um banco de dados do *Microsoft Access*, que possibilitou, para a pesquisadora, a análise e a seleção dos termos candidatos ao Cabeçalho.

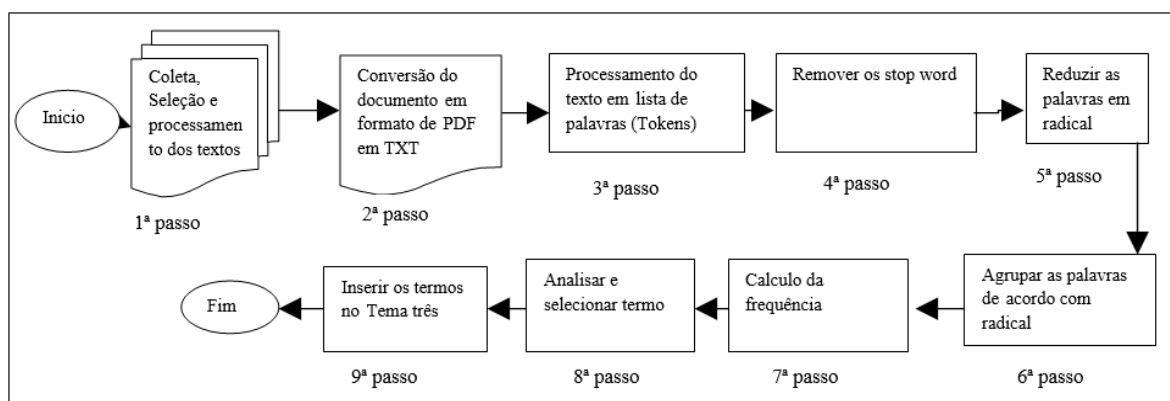
- Inserção dos termos que compõem o Cabeçalho de Assuntos no software TemaTres.

Os procedimentos realizados no estudo podem ser explicitados da seguinte forma:

¹² O TemaTres encontra-se disponível para consulta e *download* nos seguintes endereços eletrônicos: <<http://www.vocabularyserver.com/index.html>> e <https://sourceforge.net/projects/tematres/>.

- a) Coleta, seleção e processamento dos textos (**1º passo**): os documentos são agrupados e, em seguida, processados. Vale ressaltar que os documentos processados devem ser relevantes para a área do conhecimento, pois a irrelevância pode gerar o aumento da dimensionalidade de palavras irrelevantes. Após esse procedimento, os textos são convertidos do formato PDF para TXT (**2º passo**).
- b) Transformação de texto em lista de palavras (*Tokens*) (**3º passo**) e remoção de palavras não significativas (*stop word*) (**4º passo**): após o agrupamento são extraídas palavras significativas e não significativas (artigos, conjunções, preposições). As significativas são chamadas de *Tokens*, “uma cadeia de caracteres que representa uma parte de uma estrutura, sendo que em linguagem natural ele representa uma palavra ou símbolo” (BUSARELLO, 2013, p. 15);
- c) Redução das palavras ao radical (Lematização) (**5º passo**): processo de redução das palavras em radical. O Radical é o “elemento mórfico que fornece a significação da palavra” (LUCCA; NUNES, 2002, p. 6). Ex.: Pedra, pedrinha, pedrada, o radical dessas palavras é pedr-;
- d) Agrupamento das palavras de acordo com o radical (*Clusterização*);
- e) Cálculo da frequência de palavras (**7º passo**): contagem automática de palavras frequentes no *corpus* documental. Nessa pesquisa foi realizada somente a contagem dos radicais das palavras mais frequentes no *corpus* documental;
- f) Segunda etapa da indexação semiautomática: análise e seleção dos termos pelo pesquisador bibliotecário (**8º passo**).
- g) Inserção no TemaTres para publicação/disponibilização (**9º passo**).

Figura 4 - Desenho do Fluxo de Procedimentos.



Fonte: Adaptado pela Autora (2016).

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O número reduzido de fontes para extração dos termos constitui um dos fatores limitantes da pesquisa, visto o acesso e a consulta basicamente aos documentos existentes no acervo do NEAB/UDESC.

Ao mesmo tempo em que o uso do Extrator de Palavras facilitou a quantificação e o estabelecimento de termos candidatos, notou-se uma imprecisão nos resultados fornecidos, em relação ao conteúdo em si, uma vez que o Extrator de Palavras apontou como mais frequentes alguns termos que, no entendimento da pesquisadora, não tinham significado para o campo de estudo.

4 RESULTADOS

O campo de estudos relacionado às produções sobre os povos africanos e seus descendentes no Brasil inclui aspectos sociais, culturais, educacionais e econômicos. Estas produções abrangem o campo das relações raciais e possuem diversos termos próprios, que, muitas vezes, foram resignificados por intelectuais afro-brasileiros e antirracistas vinculados aos movimentos sociais e ao movimento negro (GOMES, 2005). Para entender a construção do Cabeçalho de Assuntos e a forma como os pesquisadores, usuários das produções científicas, buscam essa informação, é preciso entender o contexto dos termos, seus significados e usos. No entendimento de Nilma Lino Gomes (2005, p. 39), “termos e conceitos revelam não só a teorização sobre a temática racial, mas também as diferentes interpretações que a sociedade brasileira e os atores sociais realizam a respeito das relações raciais.”

Os assuntos relacionados à temática foram construídos tendo como viés a determinação de uma raça. O termo “raça” geralmente é utilizado quando se discute a situação e/ou relação entre negros e brancos, não utilizado de forma biológica, mas política (GOMES, 2005).

Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete (GOMES, 2005, p. 47).

Por entender e perceber que existe uma “superioridade” dos brancos em relação às pessoas com tonalidades de pele escura, seus traços e a textura do cabelo, dentre outros aspectos físicos e culturais que as diferenciam de uma pessoa branca, o termo raça foi estabelecido de forma política e sociológica pelo movimento negro, sendo uma categoria de combate às mazelas causadas pelo racismo.

Para Domingues (2007, p. 102), o termo raça, quando vinculado à identidade, “torna-se um elemento de mobilização, é um fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação”. Segundo Schucman (2012), a ideia de raça faz-se atuante no contexto social. Para a autora, a ideia de raça está presente “nas distribuições de recursos e poder, nas experiências subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significações” (SCHUCMAN, 2012, p.13). Nesse sentido, o racismo é abordado a partir do termo raça devido às suas similaridades lógicas e ideológicas (MUNANGA, 2004).

O antropólogo Kabengele Munanga (2004) informa que o conceito de racismo foi criado em 1920 e possui diversas interpretações. Não tem denominador comum, porém serviu, ao longo dos anos, como uma “crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2004, p. 24). Portanto, o racismo “trata-se de uma ideologia cujos pressupostos fundamentam a ideia de superioridade da raça branca sobre outras, constituindo-se como uma rede complexa de atitudes e ações sociais para discriminar negativamente um grupo social” (CARDOSO; RASCHE, 2014, p. 17). O racismo revela-se por meio de duas formas: individual ou institucional.

O racismo individual “manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos” (GOMES, 2005, p. 52). Enquanto o racismo institucional, segundo Nilma Lino Gomes, reflete em “práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos” (GOMES, 2005, p. 53).

Falar sobre racismo permite entender o termo preconceito racial, pois ambos se “realimentam mutuamente, mas diferem entre si” (BENTES, 1993, p. 21 apud GOMES, 2005, p. 55). Portanto, preconceito significa um julgamento antecipado dirigido, muitas vezes, de forma negativa para um indivíduo ou um grupo. “Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos” (GOMES, 2005, p. 54). Contudo, preconceito racial é uma opinião sem embasamento nenhum, de forma pejorativa e estereotipada sobre um determinado grupo racial.

A discriminação racial envolve uma ação legitimada pelo preconceito, ou seja, coloca em prática o julgamento prévio por meio de uma exclusão. É “considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito” (GOMES, 2005, p. 56). Com o intuito de diminuir o preconceito, em especial o preconceito racial e lutar contra o racismo estrutural na sociedade, a inclusão de conteúdos sobre Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, como preveem a Lei Federal nº 10.639/03 e as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, faz-se essencial para conhecer a história de africanos e seus descendentes que, por muito tempo foi invisibilizada, ou abordada de forma pejorativa e inferiorizante. Nesse sentido, os termos selecionados dentro de um *corpus* documental, para compor o Cabeçalho

de Assuntos possuem relacionamento com outros termos, dependendo do contexto histórico em que se apresentam.

A criação do Cabeçalho de Assuntos tomou por base as palavras com frequência acima de 1000 ocorrências (Anexo A), apontadas pelo Extrator de Palavras. A partir de então, a pesquisadora pode proceder a análise e a seleção dos termos candidatos, incluindo-os no TemaTres e aceitando os termos, tornando-os, então, termos preferidos (Ver quadro 10).

Quadro 10 - Termos preferidos listados no TemaTres.

NÚMERO DE ORDEM	TERMOS PREFERIDOS
1	Abolição
2	Abolicionismo
3	África Centro Ocidental
4	África Centro Oriental
5	África Meridional
6	África Ocidental
7	África Subsaariana
8	Africano
9	Africanos escravizados
10	Afro-brasileiros
11	Afro-catolicismo
12	Afrodescendentes
13	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
14	Associação religiosa
15	Batuque
16	Branco
17	Branquitude
18	Cacumbi
19	Candomblé
20	Colonização
21	Comunidade negra rural
22	Comunidade remanescente de quilombo
23	Comunidade tradicional
24	Continente africano
25	Cotas raciais
26	Cotas sociais
27	Crioulo
28	Crioulo cativo
29	Crioulo escravo

Continua

Continuação

30	Crioulo forro
31	Desigualdade
32	Desigualdade étnico-racial
33	Desigualdade racial
34	Desigualdade social
35	Diáspora
36	Diáspora africana
37	Diáspora africana no Brasil
38	Diáspora negra
39	Discriminação
40	Discriminação racial
41	Diversidade cultural
42	Diversidade multicultural
43	Educação antirracista
44	Educação para relações étnico-raciais
45	Emancipacionismo
46	Ensino de África
47	Ensino de história da África e da diáspora
48	Escola de samba
49	Escravidão
50	Escravo
51	Estrutura colonialista
52	Feminismo negro
53	Festa negra
54	Florianópolis
55	Grupo carnavalesco
56	História da África
57	Identidade negra
58	Identidade racial branca
59	Ilha de Santa Catarina
60	Irmandades negras
61	Kizomba
62	Literatura africana
63	Literatura afro-brasileira
64	Literatura negra
65	Movimento afro-diaspórico
66	Movimento de mulheres negras
67	Movimento negro
68	Movimento negro diaspórico
69	Movimento social
70	Multiculturalismo

Continua

Continuação

71	Negritude
72	Negro
73	Nossa Senhora do Desterro
74	Pardo
75	Pluralismo
76	Política de reparação
77	Políticas de ações afirmativas
78	Políticas públicas
79	Preconceito
80	Preconceito étnico-racial
81	Preconceito racial
82	Preto
83	Preto da Costa
84	Quilombo
85	Quilombola
86	Racismo
87	Relação racial
88	Religião de matriz africana
89	Saúde da população negra
90	Sociedade recreativa
91	Sujeito escravizado
92	Umbanda

Fonte: TemaTres (2016) – Dados da pesquisa.

Para criar o Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros tomou-se por base o profundo conhecimento da temática e, por intermédio da revisão de literatura do campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, foram elaboradas, pela pesquisadora, combinações entre as palavras e inclusão de termos, quando necessário, para dar sentido ao “novo termo” criado.

Para melhor compreender o significado dos termos preferidos¹³, percebeu-se indispensável incluir no presente estudo as definições de cada um (como nota de escopo no TemaTres) (Ver quadro 11).

¹³ Termos aceitos, pela pesquisadora, no TemaTres.

Quadro 11 - Definição dos termos candidatos.

TERMO PREFERIDO	DEFINIÇÃO (Nota de escopo)
Abolicionismo	Movimento no qual os sujeitos escravizados passam a exigir, frequentemente, a liberdade (MARQUES, 2013). Para Maria Helena P. Machado (2012), citada por Danilo Luiz Marques (2013, p. 119), o período da abolição foi “[...] fértil em debates, movimentação política e projetos reformadores que, em seu conjunto, ensejaram, pela primeira vez, uma difusa vontade política de reformas e mudanças”. O termo abolicionismo, relacionado o termo abolição, difundia ideias pautando o fim da escravidão, com bastante impacto nos debates ocorridos no Brasil no século XIX.
Africanos	São pessoas oriundas do continente africano que na diápora africana passaram a ter diversas identidades, dentre elas, “preto da costa”, “preto de nação” e “preto”. Os três termos tiveram origem no período escravocrata, títulos estes atribuídos pela cor da pele (MORTARI, 2011).
Afro-brasileiro	O termo surgiu no ano de 1930 com linhas de pensamentos diferentes da atualidade. Naquela época, o termo era visto sem a vinculação ao continente africano, considerado pelos pesquisadores daquele tempo uma cultura inferior à da Europa. Com outra perspectiva, o termo tornou-se sinônimo de “afrodescendentes”, sendo este relacionado ao passado da história do Brasil (CUNHA JR., 2005, p. 253). É também sinônimo do termo “negro”, que, no passado, também tinha conotação negativa por ser vinculado ao termo “escravo” e indicando a condição da pessoa. Segundo Cardoso e Rascke (2014, p. 15), “na década de 1970, após processos de mobilização do Movimento Negro no Brasil, o termo negro recebeu novo sentido e passou a ser fortemente utilizado enquanto luta política”. Portanto, dependendo do período os termos possuem significados diferentes.
Associação Brasileira de Pesquisadores Negros	É uma Associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, assistencial, cultural, científica e independente, tendo por finalidade e ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras no Brasil (ABPN, 2016).

Continua

Continuação

Branquitude	É um termo cunhado na década de 1990, em especial nos países de língua inglesa (ALVES, 2012). Para Ruth Frankenberg (2004 apud MIRANDA; PASSOS, 2011, p. 3), branquitude é “um lugar de vantagem estrutural, um lugar de privilégio de poder em sociedades que vivem em estruturas racistas, ou seja, é um ‘lugar social’ da população branca”. O termo relaciona-se ao termo “branco” por ressaltar a identidade dos sujeitos que possuem esse fenótipo.
Colonização	Vem do termo colonialismo, que quer dizer “práticas, teorias e atitudes, envolvidas no estabelecimento e na manutenção de um império” (CASHMORE, 2000, p. 130). Para a autora, nas relações raciais e étnicas, não é possível compreendê-las sem de fato verificar os aspectos históricos do colonialismo. Segundo Nei Lopes (2006, p. 44), o colonialismo “é um sistema de dominação política, econômica e cultural de um país sobre o outro”. As consequências do colonialismo em diversos países, inclusive no Brasil, perduram até os dias atuais, causando danos físicos e psicológicos por conta do rascimo da estrutura colonialista.
Continente Africano	Segundo Claudia Mortari (2015), o continente africano ainda é visto e marcado pelo período da escravidão como se não existissem vidas sociáveis entre os seus habitantes. Para a autora, é como se o sujeito não tivesse história. As representações negativas ainda presentes nas mídias e nas mentes das pessoas são decorrentes de um grande imaginário construído ao longo do tempo que estereotipava o continente africano, focando nos seguintes fatores: “fome, miséria, AIDS, guerra, natureza selvagem” (MORTARI, 2015, p. 20). Contudo, as disciplinas relacionadas à História da África nos ensino básico e superior tendem a ensinar que o continente africano não se resume aos fatores citados acima, mas um continente diverso, dividido em cinco regiões e que possui uma “multiplicidade de povos, com línguas e culturas diversas” (MORTARI; VIEIRA, 2013, p.112).

Continua

Continuação

Desigualdade étnico-racial	A palavra diversidade designa que somos seres humanos “diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo” (LIMA, 2006, p. 17). Com a inclusão étnico-racial tem-se o termo etnia mais raça na composição da diversidade no contexto social. Nesse sentido, a expressão étnico-racial “determina que as tensas relações raciais estabelecidas no país, vão para além das diferenças na cor da pele e traços fisionômicos, mas correspondem também à raiz cultural baseada na ancestralidade afro-brasileira que difere em visão de mundo, valores e princípios da origem européia” (BRASIL, 2004, p. 13-14).
Diáspora africana	Diáspora é uma palavra de origem grega que significa dispersão (LOPES, 2006). Atualmente, segundo Cashmore (2000), o termo é utilizado para descrever uma comunidade cujas redes sociais, econômicas e políticas atravessam as fronteiras do Estado-Nação. Nos estudos africanos e afro-brasileiros encontra-se o termo diáspora negra, cunhado por Stuart Hall (2003) para se referir às populações africanas deslocadas forçadamente para outro país ou continente.
Discriminação	Refere-se a uma ação legitimada pelo preconceito. Coloca em prática o julgamento prévio por meio de uma exclusão. É “considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito” (GOMES, 2005, p. 56).
Diversidade cultural	Diversidade de grupos portadores de “conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2002, s/p)
Educação para relação étnico-raciais	É uma disciplina pedagógica de uma educação antirracista destinada a diferentes níveis educacionais que proporciona o reconhecimento da história e cultura dos africanos e seus descendentes na diáspora, de modo que sejam valorizados (BRASIL, 2004).

Continua

Continuação

Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira	Disciplina que envolve articulação entre passado e presente no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro (BRASIL, 2004). Objetiva o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura das populações de origem africanas nos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior.
Escravidão	Condição de uma pessoa, em que qualquer tipo de poder de propriedade é exercido. Envolve trabalho forçado sem remuneração. Não possui participação política e nem direitos civis (CASHMORE, 2000).
Feminismo negro	Movimento social iniciado em meados dos anos 1970 por mulheres negras no contexto da luta do movimento feminista e do combate ao racismo. As correntes desenvolvidas pelo feminismo tradicional não correspondem integralmente às necessidades da mulher afrodescendente. Sendo assim construiu-se um feminismo com recorte racial, que combate o sistema patriarcal e o racismo (SEBASTIÃO, 2010).
Festa negra	São celebrações realizadas por escravizados e libertos no século XIX, como forma de sociabilidade, resistência, espaço de negociação política e integrada à realidade nacional (PEREIRA, 2010).
Identidade negra	A palavra identidade, segundo Cavalheiro (2000, p. 19), resulta na percepção sobre nós mesmos, advindo da percepção que temos de como outra pessoa nos vê. E, em se tratando da identidade negra, segundo Munanga (2012, p. 7), supõe a existência de outras identidades, além da nacional, o que remete a um país multicultural e multirracial. É uma identidade que passa pelo processo de construção relacionada com a cor da pele. É o olhar que o mundo ocidental “branco” reuniu sob a denominação de negros.

Continua

Continuação

Irmandades negras	Espaço de sociabilidade onde os cativos se reuniam para conspirar, unir forças para resistir à escravidão. É uma cultura católica resignificada. Foram criadas para suprir as necessidades básicas dos pobres e doentes. Eram ligadas às igrejas católicas (SIMÃO, 2008), tendo como devoção um santo católico (MALAVOTA, 2000). No Brasil, as irmandades foram fundadas no século XVIII (RASCKE, 2014). Naquela época, existiam dois tipos de irmandades, as “irmandades dos poderosos”, cujos membros faziam parte da “elite branca” e as dos “homens de cor” (MALAVOTA, 2011, p. 79). Os santos de devoção dos africanos e africanas que fundaram as irmandades no Brasil eram Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. As irmandades “construíram-se como associações corporativas, nas quais se teciam laços de solidariedade” (MALAVOTA, 2011, p. 79). As principais atividades realizadas pelas irmandades eram: prestar devoto culto à Maria Santíssima do Rosário, ritos fúnebres, casamentos e batismo (SIMÃO, 2008).
Literatura negra	Trata de narrativas sobre as populações de origem africana, geralmente escritas por autores/as negros/as. Seu auge ocorreu na década de 1970, nos Cadernos Negros, quando teve maior número de escritores negros/as e suas narrativas de vida, dando nova roupagem aos personagens negros/as antes vistos como objetos na literatura. Segundo Conceição Evaristo (2009, p. 19), “os personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes são apresentados a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/exclusão que os afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira”.
Movimento negro	Movimento que surgiu na década de 1970 organizado por pessoas de origem africana, preocupadas em construir uma identidade negra positiva, combater as desigualdades estruturais e reivindicar direitos (PEREIRA, 2013).
Nossa Senhora do Desterro	Mais conhecida no século XIX como Nossa Senhora do Desterro, capital da província de Santa Catarina, cidade pequena, cercada por morros, cortada por riacho (MALAVOTA, 2011, p. 37), protegida por fortalezas como Sant’ Anna, Santa Bárbara, São João e Nossa Senhora da Conceição, na entrada da Barra do Sul, tendo a Matriz de Nossa Senhora do Desterro situada nos altos de uma das colinas (CARDOSO, 2008). Atualmente, a cidade é noemada Florianópolis.

Continua

Continuação

Políticas de ação afirmativa	São medidas provisórias que servem para eliminar as desigualdades de grupos discriminados, ou seja, “grupos que sofrem com a exclusão social ocorrida no passado ou no presente e tem o objetivo de estabilizar as oportunidades” (CARDOSO; RASCKE, 2014, p. 19). Permitem a reserva de vagas em instituições públicas ou privadas. O termo ações afirmativas pode ser substituído por “cotas”. As “cotas raciais” destinam vagas para negros e indígenas enquanto que, as “cotas sociais” são destinadas para pessoas com poder aquisitivo baixo e/ou oriundas de escolas públicas.
Preconceito	Refere-se a um julgamento antecipado dirigido, muitas vezes, de forma negativa, a um indivíduo ou um grupo. “Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos” (GOMES, 2005, p. 54).
Quilombola	Vem do termo quilombo, originado no Brasil no século XVII, e designa grupo de “pessoas de origem africana descendentes ou não de pessoas cativas que resistiram à escravidão por meio da fuga e da formação de grupos de escravos fugidos.” (SILVA, 2013, p. 3).
Racismo	Kabengele Munanga (2004) informa que o conceito de racismo foi criado em 1920 e possui diversas interpretações. Não possui denominador comum, porém serviu ao longo dos anos como uma “crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2004, p. 24).
Religião de matriz africana	É chamada também de religião afro-brasileira, detentora de traços culturais e religiosos africanos, vindos dos povos Bantu, Angola, Congo dentre outros. Estabeleceram-se no Brasil de forma sincrética, tendo como princípio norteador a filosofia africana em maior ou menor grau da assimilação com cultos das divindades ligadas à natureza e aos ancestrais (LOPES, 2006).
Saúde da população negra	A Saúde da População Negra surgiu nos programas de saúde do governo no ano de 1980, fruto da luta do movimento negro, em especial, do movimento de mulheres negras, com o tema saúde sexual e reprodutora. Abrange diversos assuntos que tratam das doenças que mais atingem a população negra e o racismo institucional na área de saúde, que em muitos casos provoca a morte dos pacientes de descendentes de africanos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 5 - TemaTres: Cabeçalho de Assuntos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros



Fonte: TemaTres (2016).

Para ser acessado, o Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, encontra-se disponível, por meio de *software* livre (TemaTres), no seguinte endereço: <http://www.labtecgc.udesc.br/tematres2/vocab/index.php>.

Cesarino e Pinto (1978) orientam que o Cabeçalho de Assuntos consiste em sistema de pouca relação hierárquica. Nesse sentido, a partir da análise dos termos e para entendimento da estrutura do Cabeçalho de Assuntos, compreendeu-se a necessidade de incluir relações hierárquicas e relacionais, auxiliando, futuramente, na construção de um tesauro. Com a intenção de proporcionar melhor visualização das relações entre termos, apresenta-se abaixo, a partir dos termos preferidos inseridos no TemaTres, uma estrutura esquemática em ordem alfabética. Entende-se como TR (Termo Relacionado) e como TG (Termo Geral) (Ver esquema na sequência).

Esquema de associação de Termos

Identidade negra

TR: Negritude

Identidade racial branca

TR: Branquitude

Ilha de Santa Catarina

TR: Nossa Senhora do Desterro

Irmandades negras

TR: Associação religiosa

TR: Festa negra

TG: Afro-catolicismo

Kizomba

TG: Festa negra

Literatura africana

TG: Literatura negra

Literatura afro-brasileira

TG: Literatura negra

Literatura negra

TE: Literatura africana

TE: Literatura afro-brasileira

Movimento afro-diásporico

TR: Movimento negro

Movimento de mulheres negras

TR: Feminismo negro

Movimento negro

TR: Movimento afro-diaspórico

TR: Movimento negro diaspórico

TR: Movimento social

Movimento negro diaspórico

TR: Movimento negro

Movimento social

TR: Movimento negro

Multiculturalismo

TG: Diversidade cultural

Negritude

TR: Identidade Negra

Negro

TR: Afro-brasileiro

Nossa Senhora do Desterro

TR: Florianópolis

TR: Ilha de Santa Catarina

Pardo

TG: Afro-brasileiro

Pluralismo

TG: Diversidade cultural

Política de reparação

TR: Política de Ação Afirmativa

Política de ação afirmativa

TR: Política de reparação

TG: Políticas públicas

TE: Cotas raciais

TE: Cotas sociais

Políticas públicas

TE: Política de ação afirmativa

Preconceito

TE: Preconceito étnico-racial

TE: Preconceito racial

Preconceito étnico-racial

TG: Preconceito

Preconceito racial

TG: Preconceito

Preto

TG: Afro-brasileiro

Preto da Costa

TR: Africano

Quilombo

TR: Comunidade tradicional

Quilombola

TR: Comunidade negra rural

Racismo

Relação racial

TR: Educação para relações étnico-raciais

Religião de matriz africana

TE: Batuque

TE: Candomblé

TE: Umbanda

Saúde da população negra

Sociedade recreativa

TR: Festa negra

Sujeito escravizado

TG: Escravidão

Umbanda

TG: Religião de Matriz Africana

Fonte: TemaTres (2016). Dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *corpus* documental do estudo constituiu-se de 356 documentos que, por meio dos procedimentos metodológicos escolhidos e do uso de ferramentas tecnológicas (Extrator de Palavras, Access e TemaTres), deram origem à Lista de Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros para o NEAB-UDESC. As escolhas metodológicas possibilitaram destacar 93 termos preferidos, divididos em 17 termos gerais, 36 termos específicos e 40 termos relacionados, úteis para a representação do campo em estudo. As notas de escopo, adicionadas a 24 termos, se originaram de leituras realizadas pela pesquisadora, a partir de revisão da literatura especializada na área.

Entende-se que a determinação de termos gerais, específicos e relacionados constitui um avanço para a área e futuramente podem servir de base para a construção de um tesauro especializado. De acordo com os textos revisados, o Cabeçalho de Assuntos pode auxiliar na representação e na organização da área em estudo, no entanto, ainda faz-se necessário construir um tesauro especializado no campo dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros, possibilitando aprofundamento das relações hierárquicas, validação dos termos por parte de pesquisadores do campo dos estudos. Ou seja, o Cabeçalho de Assuntos foi somente um ponto de partida.

Construir uma linguagem documentária sobre Estudos Africanos e Afro-brasileiros consistiu em uma tarefa árdua, pois se trata de um campo que, no decorrer do tempo, sofreu transformações/alterações, sendo que termos e conceitos são resignificados e readaptados, não tendo importância somente no passado, mas também no presente, no momento da busca de um documento que remete a períodos anteriores.

Ao deparar-se com as publicações para fundamentar a pesquisa, encontrou-se palavras compostas (combinações de termos) importantes para otimização das buscas, ampliando resultados quanto à temática desejada para a busca de informação. Nesse sentido, a utilização somente de um processo de indexação automática para abstrair palavras não se fez suficiente para representar o campo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, sendo muito necessário o “background” da pesquisadora.

Por meio do TemaTres o Cabeçalho de Assuntos foi disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.labtecgc.udesc.br/tematres2/vocab/index.php>

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. **O vocabulário controlado como instrumento de organização e representação da informação na FINEP**. 156f. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2011. Disponível em: < <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/740>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- ALVES, L. **Significado de ser branco: a brancura no corpo e para além dele**. 194f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14062010.../LUCIANA_ALVES.pdf>. Acesso em: 19 set 2016.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>>. Acesso em: 06 out. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12676: **Métodos para análise de documentos** - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS. **Histórico**. 2012. Disponível em: <<http://abpn.org.br/novo/>> Acesso em: 15 jan. 2016.
- BARRETO, A. de A. Uma quase história da Ciência da Informação. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação - v. 9 n. 2 abr/08. Disponível em <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/162/1/Barreto%205.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BOCATTO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. A indexação nas perspectivas das concepções de análise de assunto em bibliotecas universitárias. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 4, p. 208-220, Out/Dez., 2011. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3867040.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- BORGES, G. S. B. **Indexação automática de documentos textuais**. 111f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em <www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/.../dissertacao_graciane_2009.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3- 5, Jan. 1968. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

BRASCHER, M. Prefácio. In: ALVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012, p. 11-13.

BRASCHER, M; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 9. São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1835.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto 25 de outubro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn11024.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação da Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, Outubro, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso: 29 fev. 2016.

BUSARELLO, A. **Protótipo para sumarização automática de textos escritos em língua portuguesa**. 51f. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência da Computação) - Universidade Regional de Blumenau. 2013. Disponível em: <campeche.inf.furb.br/tccs/2013-I/TCC2013-1-03-VF-AlexandreBusarello.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre a representação e organização da informação e do conhecimento – eroic. Brasília DF: IBICT, 2010, p. 115-129. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: Eduff, 2001.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, abr./2007, p.148-207. Disponível em: <bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAPURRO.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2016.

CARDOSO, P. de J. F. **A luta contra a apatia**: estudos sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2012.

CARDOSO, P. de J. F. Apresentação. In: CARDOSO, P. de J. F. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômica. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, P. de J. F. Implementação da Lei Federal 10. 639/03: Significados e desafios da institucionalização da luta anti-racista no Brasil. In: CARDOSO, P. de J. F. **Multiculturalismo e Educação**: Experiências de implementação da Lei Federal 10.639/03 em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CARDOSO, P. de J. F. **Negros em Desterro**: experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CARDOSO, P. de J. F.; LIMA, G. dos S. Disseminando a igualdade: um balanço da Biblioteca de Referência sobre Diversidade Cultural - BRDC/NEAB/UDESC (2009/2010) **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 17, n. 1, p. 105-117, 2012. Disponível em:< <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/809>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L. Lei Federal 10.639/03, discussão de conceitos: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro, entre outros. In: CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K. L. (Orgs.) **Formação de Professores**: Produção e difusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Florianópolis: DIOESC, 2014.

CARDOSO, P. J. F.; GARCÊS, F. C.; LIMA, G. dos S.; COSTA, A. Utilização do Facebook como meio de divulgação de fontes de informação pela Biblioteca de Referência NEAB/UDESC. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 20, p. 34-40, 2015. Disponível em:< <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/977>> Acesso em: 20 set. 2016.

CARDOSO, P. J. F.; RASCHE, K. L. Cidadania e expectativas no bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense Foot-Ball Club (Florianópolis/SC, 1921-1951). **Vozes, Pretérito & Devir**. Ano VI, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em:< revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/95>. Acesso em: 20 set. 2016.

CARDOSO, P.; LIMA, G. dos S.; GARCÊS, F. C. Biblioteca de referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil: avaliação dos empréstimos entre 2008-2013. **Revista ACB** (Florianópolis), v. 19, 2014, p. 102-110. Disponível em:< <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/931>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CARDOSO, P.; LIMA, G. dos S.; PACHECO, A. J. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC): 10 anos de História. In: SANTANA, M; BAIA, W. de N.; CARDOSO, P. de J. F. (Orgs.). **O Enfrentamento do racismo e preconceito no Brasil**: a experiência de NEABs. 1 ed. Itajaí: Casa Aberta, 2014, v. 1, p. 26-42.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco el al. Os Interagentes da Biblioteca de Referência Neab/Udesc: Avaliação de Biblioteca Especializada em Temática Africana, Afro-Brasileira e Indígena. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 452-462, set./dez. 2015. Disponível em:< <https://revista.acbsc.org.br/racb/issue/view/58>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CARLAN, E. **Sistema de Organização do Conhecimento**: uma reflexão no contexto da ciência da informação. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2010. Disponível em: <repositorio.unb.br/handle/10482/7465?mode=full>. Acesso em: 06 mai. 2015.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** - a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação e tesauro**: metodologia e técnica, Brasília, ABDF, 1978.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a Terminologia do Processo de Inteligência Competitiva: estudo teórico e metodológico**. Marília, 2004. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93723>>. Acesso: 10 nov. 2016.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A Construção de Tesauscos com a Integração de Procedimentos Terminográficos**. 2009. 209 f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_do_mar.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CESARINO, M. A. N.; PINTO, M. C. M. Cabeçalho de assunto como linguagem de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 268-288, set. 1978. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/.../41d251f63e7744e1fee36986a3780073>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CINTRA, Anna Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2 ed. São Paulo: Pollis, 2002.

CONCEIÇÃO, Evaristo. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/viewFile/4365/4510>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CUNHA Jr., H. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrobrasileiros. In: LIMA, Ivan Costa et. al. (Orgs.) **Os negros e a escola brasileira**. Vol. 6. Florianópolis, Núcleo de Estudos Negros (NEN), 1999.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da informação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, Jul./Dez. 1978. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/article/view/115%3E>. Acesso em: 07 jun. 2016.

DAVENPORT, T. H; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a9>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

DIAS, E. J. W; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Tesaurus, 2007.

DICIONÁRIO On-line de Português. **Palavra**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/palavra/>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007>. Acesso em: 02 dez. 2016.

FAULSTICH, E. L. de J. **Como ler, entender e redigir um texto**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, G. H. de A. Ciência da informação: temática, história e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n.1, p. 60-90, Jul./Dez. 2003. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/.../95ac3c2788589e9aa62ed0d0ffb272df>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: LEIVA, I.G.; FUJITA, M. S. L. (Orgs.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012, p. 17-28. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GARRIDO, I. S. **Organização da Informação**: uma análise conceitual. Relatório parcial PIBIC/CNPQ/UFSC 2010-2011. Florianópolis, 2011.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**. v. 10, n. 18, abr. de 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/19037/17537>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: GOMES, N. L. (Org.) **Educação anti-racista**: caminhos

abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONÇALVES, M. C. **A indexação em catálogo on-line de bibliotecas de bibliotecas universitárias na percepção de usuários integrantes de grupo de pesquisa**: contribuição ao desenvolvimento de política de indexação na rede de biblioteca da UNESP. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

GUEDES, V. L. S. Estudo de um critério para indexação automática derivativa de textos científicos e tecnológicos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 318-326, Set./Dez. 1994. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/529/529>>. Acesso em: 15. jan. 2016.

GUIMARÃES, A. S. A. **Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil**. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/88/20080627_raca_e_os_estudos.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2016.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1 n.1, p.77-99, Jan./Jun. 2008. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2761>. Acesso em: 16 jul. 2016.

GUIMARÃES, J. A. C.; SALES, R.; GRÁCIO, M. C. C. A dimensão interdisciplinar da análise documental nos contextos brasileiro e espanhol no âmbito da organização do conhecimento. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 6, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114789>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARPRING, Patrícia. **Introdução aos vocabulários controlados**: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. São Paulo; Secretaria da Cultura do Estado: Pinacoteca de São Paulo: ACAM Portinari, 2016.

HOLANDA, C.; BRAZ, M. I. Indexação Automática de Conteúdos Na Web: análise de sites de museus. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 42-59, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/11766/7509>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

JESUS, J. B. M. **Tesouro**: um Instrumento de Representação do Conhecimento em Sistemas de Recuperação da Informação. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12, 2002. **Anais...** Recife -2002. Disponível em: <<http://www.ndc.uff.br/OLD2013/repositorio/Tesauros.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

JESUS, M. G. Santos de. **A Representação do Negro nas Revistas *Veja* e *Isto É***: Abdias Nascimento, O Movimento Negro e o Centenário da Abolição (1978-1988). 55f. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2015.

KOBASHI, N. Y. **Vocabulário controlado**: estrutura e utilização. Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, 2008. Disponível em: <http://www2.enap.gov.br/rede_escolas/arquivos/vocabulario_controlado.pdf>. Acesso em: 09 set. 2014.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, C. A. M. Leitura documentária: aspectos pragmáticos da recepção e condensação de textos para indexar e resumir. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 4, p.130-140, Out./Dez. 2011. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3866955.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LAPA, R.; CORREA, R. Indexação Automática no Âmbito da Ciência da Informação no Brasil. **Informação & Tecnologia (ITEC)**: Marília/João Pessoa, 1(2): 59-76, jul./dez., 2014. Disponível em:< periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/21408> Acesso em: 12 out. 2016.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, 16 (3): 231-240, set./dez., 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/710/690>>. Acesso em: 12 out. 2016.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, Elvira de Souza. "Currículo e desenvolvimento humano". In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Nov./2006,

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: CARDOSO FILHO, et al. **Organização da Informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4, 2012.

LOPES, Nei. **Dicionário escolar Afro-Brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

LUCAS, C. R. **Leitura e Interpretação em Biblioteconomia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

LUCCA, J. L. de; NUNES, M. G. V. **Lematização versus Stemming**. Relatório. Disponível em:< http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/download/lematizacao_versus_stemming.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MALAVOTA, C. M. A Irmandade do Rosário e seus Irmãos africanos, crioulos e pardos. In: MAMIGONIAN, B. G.; VIDAL, J. Z. (Orgs.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. 1ªed.Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, v. 1, p. 85-107.

MALAVOTA, C. M. **Os Homens Pretos do Desterro**: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Itajaí: Casa Aberta, 2011.

MANFIM, F. P. B. Representação de conteúdo via indexação automática em textos integrais em língua portuguesa. **Ci. Inf., Brasília**, v. 20, n. 2, p. 191-203, Jul./Dez. 1991.Disponível em:< revista.ibict.br/ciinf/article/view/355>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MARQUES, D. L. **Sobreviver e Resistir: os caminhos para liberdade de africanas livres e escrava de Maceió (1849-1888).** 145f. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARSHALL, R. G. **Linguagens Documentárias para a indexação de literatura Infantil e Juvenil.** 2009. 113f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MATTOS, M. C. M. Biblioteca de Referência do NEAB: Preservando a história e memória dos afrodescendentes em Santa Catarina e no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 13, n. 1, 2008, p. 239-250.

MICROSOFT OFFICE ACCES. Disponível em:< https://products.office.com/pt-br/business/get-latest-office-365-for-your-business-with-2016-apps?&wt.mc_id=AID522587_SEM_eaL7mpFx&wt.mc_id=AID522587&WT.mc_id=ps_google_o365smb_microsoft%20access_text&WT.srch=1&ls=ps&ca=o365smb&lsd=google&clid=CjwKCAjwqcHLBRAqEiwA-j4AyOHsk016vftT2dWOcnUQy_xrpKn8kAkoCx1-z_PBkn50qN3KuLx2bJB0C2MMQAvD_BwE>. Acesso em: 25 abr. 2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, C.; PASSOS, A. Lugares epistêmicos outros para os novos estudos das relações raciais. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Mudanças, Permanências e desafios sociológicos, 2011.

MORIGI, V.; SANTIN, D. M. Reflexões sobre os valores do Movimento Software Livre na criação de novos movimentos informacionais. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 5-18, 2007. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/1746/1495>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

MORTARI, C. O ensino de História das Áfricas e a Historiografia. In: MORTARI, C. (Org.). **Introdução aos Estudos Africanos e da Diáspora.** 1 ed. Florianópolis/SC: DIOESC, 2015.

MORTARI, C. **Os homens Pretos de Desterro: um estudo sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1841-1860).** Itajaí: Casa Aberta, 2011.

MOSTAFA, S. P. As ciências da informação. **Perspectivas**, São Paulo v. 8. n.4, p.22-27, Out./Dez. 1994. Disponível em:< <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000009585/debc52eb69172055cbbd3a2ea92ea60c>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Niterói, n. 5, 2004, p. 15-34.

MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996.

MUNANGA, K. Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso. **Revista da ABPN** • v. 4, n. 8, jul./out. 2012, p. 06-14. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/246/222>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MURAKAMI, T. **Controle de autoridades com Tematres**. 2013. Disponível em: <<https://bsf.org.br/2013/07/05/controle-de-autoridades-com-tematres/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, E. M. S. **Manual do PHL 8.2**. Gurupi: InfoArte, 2009. Disponível em: <http://base2.museudoindio.gov.br/phl82/pdf/manual_phl82.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Declaração Universal sobre Diversidade Cultural. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ORTEGA, C. D. Surgimento e Consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da História da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, 2009, p.59-79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a05v14nspe.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

PACHECO, A. J. **História da África no curso de graduação em História de Instituições Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina**: perspectivas, avanços e desafios. 2014. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PAULA, B. X. Os Estudos Africanos no Contexto das Diásporas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1. Jan./Jul. 2013. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/24058/13259>. Acesso em: 15 out. 2016.

PEDROSO, V. S.; CERVANTES, B. M N. O uso de vocabulários controlados para a organização do conhecimento em sistemas de bibliotecas de universidades públicas do Paraná. **Catarse**, v. 1, 2013, p. 235-265. Disponível em: <http://revistas.faculdadeunicampo.edu.br/index.php/RevistaCatarse/article/view/261>. Acesso em: 15 out. 2016.

PEREIRA, A. A. **O mundo negro**: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro:Pallas: FAPERJ, 2013.

PEREIRA, J. M. N. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: LOS ESTUDIOS AFROAMERICANOS Y AFRICANOS EN AMÉRICA LATINA: HERENCIA, PRESENCIA Y VISIONES DEL OTRO. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

PEREIRA, M. S. As festas negras pela Abolição. Sambas, batuques e jongos no 13 de maio (1888-1898). XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro 19 a 23 de Julho de 2010. Disponível em: <
http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276550790_ARQUIVO_Asfestasnegraspelaabolicao_PublicacaoANPUH2010.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PINHEIRO, L.V. R. **A ciência da informação entre luz e sombra**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. 1997. 278 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <
ridi.ibict.br/handle/123456789/35>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PINTO, V. B. Indexação Documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Rev. De Letras**, n. 22, v. ½, jan/dez, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RASCKE, K. L. Sons, Performances e Celebrações: Festas e Morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Florianópolis/SC. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN, v. 6, 2014, p. 150-176.

RASCKE, K. L. Vivências celebrativas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC, Século XIX. Clio – Revista de Pesquisa Histórica – n. 31, vol. 2, 2013. Disponível em: <
<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/332/203>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ROBREDO, J; BRASCHER, M. (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento - eroic**. Brasília DF: IBICT, 2010.

ROBREDO, J. Do documento à informação nas nuvens: reflexões. **Linn em revista**, v.7, n.1, março, Rio de Janeiro, 2011, p.19-42. Disponível em: www.ibict.br/linnc. Acesso em: 15 fev. 2016.

RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. Análise de assunto e mapas conceituais: semelhanças nos processos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 4, p. 35-56, out./dez, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n4/1413-9936-pci-20-04-00035.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ROMÃO, J. M. O movimento Negro brasileiro e as é L.D.B! In: CARDOSO, P. J. F.; RASCKE, K. L. (Orgs.) **Formação de Professores**: Produção e difusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Florianópolis: DIOESC, 2014.

ROMÃO, J. M. Os séculos XX e XXI: o caminho em direção à igualdade. In: CARDOSO, P. J. F.; RASCKE, K. L. (Orgs.) **Formação de Professores**: Produção e difusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Florianópolis: DIOESC, 2014.

ROMÃO, J. (Org.) **História do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revogação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, M. S. L. et al.. (Org.) **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RUBI, M. P. **Política de Indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 168 f. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103388>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2010. (Coleção Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Série Didáticos, v. 1).

SALES, R. A questão da linguagem usada dentro das organizações: um levantamento bibliográfico. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 99-111, Jan./Jun. 2007. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/486/624>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SALES, R. **Tesauros e Ontologias sob a luz da teoria comunicativa da terminologia**. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SALLES, H. M. M. L.; et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpv02.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

SANTOS JUNIOR, R. L. Análise da terminologia soviética “Informatika” e da sua utilização nas décadas de 1960 e 1970. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos XI ENANCIB**, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/3381/2507>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SANTOS, S. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: SECADI. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 08. mar. 2016.

SCHLICKMANN, M. **A introdução dos estudos africanos no Brasil nos anos 1959 -1987**. 135 f. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e o poder na construção da branquitude paulistana**. 160f. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SEBASTIÃO, A. A. Feminismo negro e suas práticas no campo da cultura. **Revista da ABPN**, v.1, n.1, mar/jun de 2010. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/308/286>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SEMIDÃO, R. A. M. **Dados, Informação e Conhecimento enquanto elementos de compreensão do universo conceitual da Ciência da Informação**: contribuições teóricas. 198 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2014.

SILVA, A. S.; LUCAS, E. R. O. O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 11, n. 1, 2006, p. 83-96.

SILVA, C. E. Experiência Quilombola em Santa Catarina: a Comunidade do Morro do Boi, Balneário Camboriú, Santa Catarina. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 28. **Anais...** Natal- RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em :<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364952276_ARQUIVO_EXPERIENCIAQUILOMBOLAEMSANTACATARINA-CamilaEvaristodaSilvaeita.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

SILVA, M. H. **Identidades e Multiculturalismo**: um estudo acerca do Ensino de História das Áfricas nas Universidades Públicas de Santa Catarina (2011-2012). 2013. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDI, T. E.; SIVEIRA, D. T. **Método de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

SIMÃO, M. S. **Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria**. Agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SIMÃO, M. S. **Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria**. Agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

SISTEMAS de busca e recuperação da informação. PUC-RIO, 200-. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0313143_06_cap_05.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SOUSA, B. P.; FUJITA, M. S. L. Análise de Assunto no Processo de Indexação: um percurso entre teoria e norma. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 19-34, jan./abr. 2014.

SOUSA, B. P. Estratégias para indexação: modelos de leitura documentária, metacognição e normalização. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA: do outro lado da informação, **Anais...**, Marília, SP. : Oficina Universitária, 2015.

TARGINO, M. G. Internet e a sociedade: um sonho a mais? In: TARGINO, M. G. (Org.) **Olhares e fragmentos: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Teresina: EDUFPI, 2006, p. 39-61.

TEMATRES. 2016. Disponível em: < <https://sourceforge.net/projects/tematres/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2001. s/p. Disponível em: www.unesco.org.br. Acesso em; 23 mar. 2016.

VAN DER LAAN. **Tesouro e Termonologia: uma interrelação lógica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 262f. 2002. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, UFRGS, 2002. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/biblkiotecadigital/2002-2/tese-bscsh-0339228.pdf>> texto completo>. Acesso em: 23 mar.2016.

VIEIRA, J. M. L.; SANTOS, M. T.; LAPA, R. C. Estudo da Construção e Aplicação do Tesouro na Recuperação da Informação de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENEBD), 33. GT 3 – Representação da Informação Biblionline. **Anais...** João Pessoa, n. esp., 2010.

VIEIRA, J. M. L.; SANTOS, M. T.; LAPA, R. C. Estudo da Construção e Aplicação do Tesouro na Recuperação da Informação de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. XXXIII Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação (ENEBD) GT 3 – Representação da Informação Biblionline. **Anais...**João Pessoa, n. esp., 2010.

VIEIRA, S. B. Indexação automática e manual: revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v.17, n.1, 1988, p. 43-57.

VOGEL, M. J. M. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectiva em Ciência da Informação**. v. 14, número especial, 2009, p. 80-92.

WEITZEL, S.R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio Janeiro: Interciência, 2006.

WORLD INFORMATION SYSTEM FOR SCIENCE AND TECHNOLOGY. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.

ZAMPARONI, Valdemir. África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. **Cienc. Cult.** vol. 59, n. 2, São Paulo, abr/jun, 2007.

ANEXOS

ANEXO A

LISTA DE PALAVRAS – FREQUÊNCIA – Extrator de palavras

Termos candidatos com frequência acima de 1000	
Termo	Frequência
Negro	83044
Escravo	79756
Educação	61963
História	52512
Africano	46710
Estudo	41617
Política	28159
População	27745
Brasileiros	27714
Pesquisadores	25991
Afirmativa	24670
Cultura	23487
Raça	19707
Social	17883
Ensino	16820
Branca	15507
Associação	14444
Brasil	12497
Liberto	11826
Identificação	11541
Movimento	11097
Sociedade	10442
Racial	9629
Racismo	9573
Comunidade	9453
Preto	8644
Cativo	8262
Étnico	7818
Irmandade	6804
Identidade	6767
Religião	5708
Desterro	5375
Discriminação	5144
Samba	4601
Experiência	4201
Colonial	3829
Quilombo	3820
ABPN	3481
Memória	3458
África	3370
Quilombola	3262

Forro	3212
Crioulo	3086
Militante	3005
Afrodescendente	3005
Colonização	2884
Católico	2819
Festa	2452
Civilização	2437
Diversidade	2283
Desigualdade	2206
Indígena	2203
Escravidão	2122
Feminismo	2098
Apropriação	1926
Resistência	1910
Preconceito	1756
Gênero	1720
Currículo	1615
Mestiço	1587
Literatura	1529
Escravidão	1409
Segregação	1370
Batismo	1349
Abolicionismo	1201
Capoeira	1047
Salvador	1090

Termos candidatos com frequência abaixo de 1000	
Termo	Frequência
Diáspora	852
Umbanda	761
Abolição	758
Multicultural	699
Antirracista	692
Remanescente	656
Candomblé	625
Negritude	587
Branquitude	548
Falciforme	340
Orixás	294
Tuberculose	203
Batuque	141
Branquitude	104